

MARIA AUXILIADORA DA FONSECA LEAL

COMPLEMENTOS PREPOSICIONADOS NO SINTAGMA  
VERBAL DO PORTUGUÊS: UMA ABORDAGEM  
SINCRÔNICA E DIACRÔNICA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Mestre em Letras - Língua Portuguesa.

Belo Horizonte

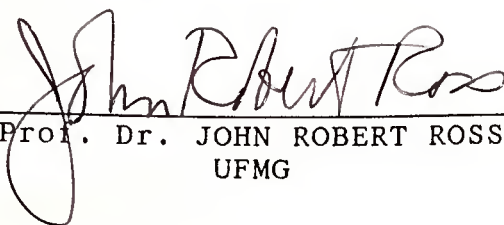
1992

Dissertação aprovada pela banca examinadora,  
constituída pelos seguintes professores:



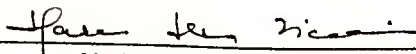
---

Profa. Dra. MARIA ANTONIETA AMARANTE DE M. COHEN  
UFMG - Orientadora



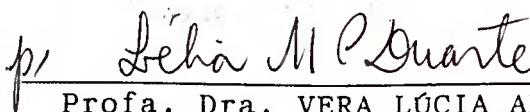
---

Prof. Dr. JOHN ROBERT ROSS  
UFMG



---

Profa. MARLENE MACHADO ZICA VIANNA  
UFMG



---

Profa. Dra. VERA LÚCIA ANDRADE  
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação  
em Letras - FALE/UFMG

Faculdade de Letras da UFMG

Belo Horizonte, 15 de abril de 1992

Para

Aline e Nozinho.

Também

Daniela, Julian, Rafael,  
Soraia, Lucas e Diego.

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen, pela orientação segura e eficiente, proporcionando-me uma convivência profundamente enriquecedora, exemplo sensível de humanismo, competência, bondade e sabedoria.

Às amigas Istela E. Martins, Elza M. Pereira, Elsa M. Martinez, Araci G. Amorim e Agda Vasconcelos pela amizade, pelo carinho e pela colaboração que sempre dedicaram a mim.

Aos professores Hugo Mari, Sueli Pires, Icléia Santos, Milton do Nascimento, Eliana Dias, Marlene Z. Viana e Betânia pelo apoio, dedicação e estímulo, imprescindíveis à elaboração desta pesquisa.

Aos meus irmãos, especialmente minhas irmãs, amigas sempre.

Às funcionárias da 38ª DRE de Curvelo e 23ª DRE de Sete Lagoas, sobretudo Rute Moreira e Vanda Teresinha, pela boa vontade e delicadeza que sempre concederam-me.

À Alda, Eponina, Liette Silva, Sebastiana Pafume, Soledade e Simone Dias pela ajuda prestimosa e oportuna.

Ao Pedro, pela compreensão, dedicação e incentivo constante.

Aos colegas da Escola Estadual "José Ermírio de Moraes" pela amizade e confiança, bem como aos meus alunos e todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos colegas do Curso de Pós-Graduação. Dentre eles Deuscreide, Geruza, Lourdinha, Semirinha e Toninho.

## RESUMO

Trabalho de natureza sincrônica e diacrônica, que objetiva caracterizar como objeto direto preposicionado (ou não) os complementos preposicionados do sintagma verbal no Português Moderno e no Português Antigo, precedidos por *a* e *de*, bem como identificar os processos de mudança ou fenômenos de retenção envolvidos nos mesmos. Sincronicamente, adotamos como conceituação/caracterização do objeto direto um conjunto de traços sintáticos, a exemplo de Perini (1989) e das gramáticas tradicionais portuguesas. Diacronicamente, seguimos a concepção de Linguística Histórica proposta por Bynon (1977).

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS .....	8
INTRODUÇÃO .....	9
O corpus .....	13
<b>CAPÍTULO 1</b>	
O ACUSATIVO PREPOSICIONAL .....	17
1 - Considerações gerais .....	17
1.1 - A origem do fenômeno nas línguas românicas ...	19
1.2 - Os casos no Latim Vulgar .....	19
1.3 - O acusativo preposicional nas línguas românicas .....	25
<b>CAPÍTULO 2</b>	
ANÁLISE TRADICIONAL DO ACUSATIVO PREPOSICIONAL NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS .....	34
1 - Emprego do acusativo preposicional no espanhol moderno .....	40
1.1 - A preposição está obrigatoriamente presente ..	40
1.2 - A preposição pode estar presente .....	41
1.3 - A preposição está obrigatoriamente ausente ...	42
1.4 - A preposição pode estar ausente .....	43
2 - Análises propostas para o português .....	45
2.1 - Emprego do acusativo preposicional no português moderno .....	54
2.1.1 - A preposição está obrigatoriamente presente .	54
2.1.2 - A preposição pode estar presente .....	54
<b>CAPÍTULO 3</b>	
PREPOSIÇÃO A E PREPOSIÇÃO DE NO PORTUGUÊS MODERNO E PORTUGUÊS ANTIGO .....	57
1 - Descrição dos dados .....	57
2 - Português moderno .....	58
2.1 - Análise dos complementos precedidos por a no Português Moderno .....	60
2.1.1 - V + a + SN não-oracional .....	61
2.1.2 - V + a + infinitivo .....	72
2.2 - Análise dos complementos precedidos por de no Português Moderno .....	76
2.2.1 - V + de + SN não-oracional .....	78
2.2.2 - V + de + infinitivo .....	90
3 - Português antigo .....	114
3.1 - Análise dos complementos precedidos por a no Português Antigo .....	114
3.1.1 - V + a + SN não-oracional .....	114
3.1.2 - V + a + infinitivo .....	120
3.2 - Análise dos complementos precedidos por de no Português Antigo .....	127
3.2.1 - Verbo + de + infinitivo .....	127
3.2.2 - Verbo + de + SN não-oracional .....	144

## CAPÍTULO 4

ANÁLISE DIACRÔNICA .....	150
1 - Verbos que ocorreram nas duas modalidades de língua: casos de retenção .....	152
1.1 - Verbo + a +SN não-oracional .....	153
1.2 - Verbo + a + infinitivo .....	153
1.3 - Verbo + de + SN não-oracional .....	154
1.4 - Verbo + de + infinitivo .....	155
2 - Verbos que somente ocorreram no PA: casos de mudança .....	157
2.1 - Verbo + a + infinitivo .....	157
2.2 - Verbo + de + SN não-oracional .....	158
2.3 - Verbos + de + infinitivo .....	158
3 - Verbos que ocorreram apenas no PM: casos de inovação? .....	159
3.1 - Verbo + a + SN não-oracional .....	159
3.2 - Verbo + a + infinitivo .....	160
3.3 - Verbos seguidos pela preposição de + SN não-oracional .....	160
3.4 - Verbos seguidos pela preposição de + infinitivo .....	161
CONCLUSÃO .....	162
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....	170

## LISTA DAS ABREVIATURAS UTILIZADAS

Int	Intransitivo
LEC	Língua Escrita Culta
LFC	Língua Falada Culta
LOC	Língua Oral Contemporânea
LV	Locução Verbal
OD	Objeto Direto
OI	Objeto Indireto
ODI	Objeto Direto e Indireto
ODP	Objeto Direto Preposicionado
PA	Português Antigo
PM	Português Moderno
REA	Real Academia Espanhola
SN	Sintagma Nominal
SV	Sintagma Verbal
TD	Transitivo Direto
TI	Transitivo Indireto
TDI	Transitivo Direto e Indireto
VA	Verbo Auxiliar
V	Verbo



## INTRODUÇÃO

No presente trabalho propomos investigar alguns aspectos da doutrina gramatical portuguesa na área da sintaxe. Pretendemos fornecer subsídios que possam esclarecer determinados pontos da classificação dos verbos e da caracterização dos complementos preposicionados do sintagma verbal, como também identificar processos de mudanças ou fenômenos de retenção que possam ter ocorrido/estar ocorrendo nos mesmos.

Como sabemos, o problema da classificação verbal tem sido objeto de controvérsias entre gramáticos, filólogos e linguistas e não é fácil delimitar fronteiras entre objeto direto e objeto indireto, obviamente entre verbos transitivos diretos e indiretos, por um lado, e entre verbos transitivos diretos e auxiliares, por outro. Os complementos preposicionados em português que são objeto de estudo neste trabalho são classificados pela Gramática Tradicional, como objeto direto preposicionado, considerando-se para tal, às vezes, apenas o critério da presença da preposição junto ao complemento.

O assunto é amplo, tem implicações semânticas de grande escala e deveria abranger um estudo de todas as classes verbais do português. Tarefa que excede, naturalmente, os limites da nossa dissertação, motivo pelo qual nos detivemos em verbos evidenciados pelos dados em duas modalidades: Português Moderno e Português Antigo.

Nossa pesquisa tem como base a descrição de dados das duas modalidades de língua referidas acima; a análise por nós proposta para as construções em estudo, tanto na parte sincrônica, quanto, e, conseqüentemente, na diacrônica, deriva da descrição atribuída a esses dados, que constituem por si um "corpus" original. A concepção de Linguística Histórica que nos norteia segue Bynon (1977):

"A Linguística Histórica procura investigar e descrever a maneira pela qual as línguas mudam ou conservam suas estruturas através do tempo (...) Isto significa que é possível abstrair dos documentos a estrutura gramatical da língua de cada período e, desta forma, uma série de gramáticas sincrônicas podem ser postuladas e comparadas (...)"

Sincronicamente, procuramos descrever os complementos preposicionados ligados aos verbos pelas preposições *a* e *de*, ocorridos no "corpus" sob investigação, objetivando caracterizá-los como objeto direto preposicionado (ou não), segundo critérios propostos pela Gramática Tradicional Portuguesa e por Perini (1989).

Diacronicamente, comparamos os tipos sintáticos e os verbos das duas modalidades de língua em exame, identificando processos de mudança ou fenômenos de retenção.

No primeiro capítulo — Considerações gerais — introduzimos o tema "Objeto Direto Preposicionado" através de exemplos do português e do espanhol. Em seguida, fizemos algumas considerações sobre a origem do fenômeno nas línguas românicas. Tratamos da redução dos casos no Latim Vulgar,

espelhando o ponto de vista de diversos autores. Descrevemos o modo pelo qual se deu a disseminação do acusativo preposicional nas línguas românicas, examinando mais detidamente a ocorrência do fenômeno no espanhol pelo fato de, nessa língua, este ocorrer com mais frequência. Como conclusão do capítulo, apresentamos fatores que, segundo os autores consultados, condicionam o acusativo preposicional nas línguas românicas.

No segundo capítulo, apresentamos uma resenha bibliográfica dos autores que estudaram o fenômeno nas línguas românicas, tendo como base Lois (1982). Chamamos a atenção para alguns fatores que parecem estar influenciando a ocorrência do objeto direto preposicionado, como por exemplo, a ordem livre. Em seguida, descrevemos o emprego do acusativo preposicional no espanhol moderno apresentando a ocorrência/ausência da preposição a em determinados ambientes sintáticos. Ainda no segundo capítulo, fizemos um estudo das análises propostas para o português, mostrando abordagens tradicionais e modernas, chegando à conclusão de que não existe entre eles consenso, nem quanto ao tipo de complemento preposicionado que segue os verbos transitivos, nem quanto ao tipo de preposição que acompanha o referido complemento. Finalizando o capítulo, apresentamos alguns ambientes de ocorrência do objeto direto preposicionado no português moderno.

No terceiro capítulo, iniciamos a análise do "corpus" do Português Moderno. Procuramos classificar os complementos dos verbos seguidos pelas preposições a e de como ODP (ou

não), baseando nossa definição de objeto direto em um conjunto de traços sintáticos. Consideramos como tal aqueles complementos que admitiram a maioria dos critérios caracterizadores do OD em português. Chamou-nos a atenção a ocorrência de complementos oracionais infinitivos precedidos de *de* e, como se verá, atribuímos a alguns deles o "status" de objeto direto preposicionado.

No quarto capítulo, analisamos o "corpus" do Português Antigo, tendo como parâmetro o Português Moderno na expectativa de que "...as forças que operavam para produzir o documento histórico são as mesmas que podem ser vistas em ação hoje" (Labov, 1975:829).<sup>1</sup> A exemplo do capítulo anterior, procuramos caracterizar os verbos como transitivos diretos (ou não), analisando seus complementos como objeto direto preposicionado (ODP) (ou não), nessa modalidade de língua seguindo os mesmos procedimentos usados para a descrição dos dados do Português Moderno.

No quinto capítulo, procedemos à comparação dos dados sincrônicos do Português Moderno aos do Português Antigo, identificando quatro tipos sintáticos que seguem os verbos nas duas fases da língua. Apresentamos, em seguida, os verbos que ocorreram com o mesmo tipo de complemento nos dois períodos de língua examinados, evidenciando-se os fenômenos de retenção. Na seqüência, analisamos os verbos que ocorreram

---

<sup>1</sup>"...the forces which operated to produce the historical record are the same as those which can be seen operating today" (Labov, 1975:829).

somente no Português Antigo, manifestando processos de mudança e, finalmente, os verbos que só figuram no Português Moderno, constituindo casos de inovação lexical.

## 1 - O CORPUS

O "corpus" utilizado no presente trabalho é constituído de uma amostragem representativa de dois grandes períodos da Língua Portuguesa, a saber, o Português Antigo (PA) e o Português Moderno (PM).

Como dados do PA foram coletados excertos das seguintes coletâneas:

BUENO, Silveira. *Antologia Arcaica*, "Trechos em Prosa e Verso", coligidos em obras do Século VIII ao Século VXI, São Paulo, Livraria Acadêmica, 1941.

HERCULANO, Alexandre. *Portugaliae Monumenta Historica* "Chronicas Breves de Santa Cruz de Coimbra", 1876.

VASCONCELLOS, L. José. *Textos Arcaicos*, 4a edição, Livraria Clássica Editora, 1922.

MATTOSO, José. *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Casa da Moeda, Imprensa Nacional.

NUNES, J.J. *Crestomatia Arcaica*, 4a edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943.

Os dados do PA colhidos por nós correspondem ao período arcaico da língua, isto é, do Século XII até o Século XVI. Ao analisar o "corpus" do PA fazemos referências ao Português Moderno na tentativa de estabelecer um confronto

entre a experiência lingüística do leitor contemporâneo, conhecedor da Língua Oral Contemporânea (LOC) e a modalidade arcaica da língua. Toda a amostragem foi tirada de documentos em prosa.

Os dados do Português Moderno foram colhidos de três fontes:

a) LOC (Língua Oral Contemporânea). A amostragem dessa modalidade de língua foi colhida através de gravações, telejornais, novelas e de anotações feitas no momento de sua enunciação por parte de falantes do segmento "culto" universitário (faixa etária de 18 a 40 anos). Posteriormente, pedimos a seis informantes, dois de nível secundário, dois de nível técnico e dois de nível superior (três homens e três mulheres) para responder a três testes onde apresentamos a regência de algumas classes de verbos no Português Moderno. Os testes foram aplicados em duas etapas. Na primeira, solicitamos de nossos informantes uma resposta oral gravada no momento de sua realização. Na segunda etapa, aplicamos os testes escritos. Ambos os testes (oral e escrito) foram realizados no mesmo dia. Durante a aplicação dos testes apresentamos algumas estratégias para minimizar o efeito negativo do gravador, como por exemplo, a nossa participação direta na interação com os informantes, procurando fazê-los concentrar no "quê" falar e não no "como" falar. Cabe ressaltar que os testes realizados por nós não foram utilizados quantitativamente, mas para refinar a análise das preposições que seguem os complementos verbais no "corpus" examinado.



b) LFC - (Língua Falada Culta) - Os dados da LFC foram extraídos do Projeto Nurc/SP.<sup>2</sup> Como se sabe, esse Projeto fornece subsídios para análises da LFC. Assim sendo, foram selecionados o vol. II, Diálogos entre dois Informantes, (1987) e o vol. III - Entrevistas, (1988). Com o objetivo de homogeneizar os dados dos vários informantes para comparação posterior, selecionamos narrativas de experiências pessoais em forma de: 1) Diálogos entre Informantes e Documentador 2) Diálogo entre Informantes. Escolhemos esse tipo de narrativa porque ao relatá-las, o informante está tão envolvido emocionalmente com o que relata que presta o mínimo de atenção ao como relata.

c) LEC - (Língua Escrita Culta) - O "corpus" dessa modalidade de língua foi coletado do livro **De cabeça para baixo** do consagrado escritor Fernando Sabino, 1989. A nossa escolha não foi aleatória, ela se deveu ao fato de o referido autor ter, segundo alguns críticos da Literatura Brasileira, um estilo tipicamente narrativo. Neste livro, Fernando Sabino relata o melhor de suas andanças e aventuras por vários países do mundo, retomando uma antiga tradição em Língua Portuguesa, que remonta ao tempo dos grandes navegantes e se insere na própria origem da História do Brasil. Coletamos apenas as estruturas que consideramos relevantes para a exemplificação da modalidade escrita em LP ao longo de toda a

---

<sup>2</sup>É importante ressaltar que não estamos centrando nossa atenção em diferenças dialetológicas e sim na ocorrência do chamado acusativo preposicional.

obra.

Na verdade, a modalidade rotulada como Português Moderno (PM) corresponde mais à (LOC) do que à LFC ou à LEC. Estas duas últimas foram utilizadas mais como um suporte de argumentação, pois apesar de o PA apresentar numerosas características de oralidade, ele é, basicamente, para nós, leitores do século XX, uma modalidade escrita. O fato de compararmos duas modalidades em princípio diferentes, isto é, PA e LOC, não constitui problema para a nossa análise já que os textos arcaicos apresentam muitos traços de oralidade.



# CAPÍTULO 1

## O ACUSATIVO PREPOSICIONADO

---

### 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

O objeto direto preposicionado é um aspecto da sintaxe portuguesa que tem sido objeto de investigação por parte de gramáticos de orientação sincrônica e diacrônica. No entanto, tais estudos carecem tanto de descrição adequada de sua ocorrência na língua oral contemporânea, como de uma análise detalhada do processo evolutivo que evidencie melhor os mecanismos gramaticais envolvidos no fenômeno.

Na tentativa de elucidar o objeto direto preposicionado estabelecemos como um dos objetivos principais do nosso trabalho caracterizar e descrever os diferentes tipos de estruturas com esse complemento na fase arcaica e na fase atual da língua portuguesa.

Apresentamos, no grupo de sentenças abaixo, ocorrências do que tradicionalmente tem sido chamado "objeto direto preposicionado" pelas gramáticas do português:

(1) "Eu entendia mais a ela do que ela a mim."

(2) "São Paulo não conheceu pessoalmente a Jesus Cristo."

- (3) "Muito obrigado a todos que estão aqui prestigiando ao show."
- (4) "Senhores, fiquei observando a tudo isso até agora."
- (5) "Exija tudo aquilo a que sua criança tem direito."
- (6) "É hora de presentear a quem amamos."
- (7) "O problema é querer ajudar a quem nem sempre merece."
- (8) "A festa estava ótima convidei a todo mundo."
- (9) "Tudo a que me interessa é investigar esse caso."
- (10) "O que nos comprova o enriquecimento do verbo principal ao qual ele auxilia."

Os complementos sublinhados nas orações acima são, em geral, considerados "objeto direto preposicionado" pelas gramáticas tradicionais do português (Cf. Rocha Lima, 1976).

Esse tipo de complemento é também característico do Espanhol, em sentenças como (11), por exemplo:

- (11) "Vi a tu hermano." (Harri Meier, 1948).

Nessa língua o fenômeno parece ser mais disseminado do que no português. Em linhas gerais, admite-se que o objeto direto preposicionado vem precedido de preposição o diante de um complemento [+animado]. (Cf. Gili y Gaya, 1955).

A partir da observação de que o acusativo preposicio-

nal em português precisa ser melhor elucidado e para dar conta do objetivo proposto, examinaremos na seção que se segue o aspecto diacrônico do fenômeno.

### 1.1 - A origem do fenômeno nas línguas românicas

Para abrirmos a discussão, começaremos por tentar explicitar a origem do objeto direto preposicionado. Vamos discutir alguns aspectos que nos parecem relevantes para uma abordagem diacrônica desses tipos de complementos no sintagma verbal. Serão examinadas as principais observações contidas nas gramáticas históricas a respeito da origem do fenômeno nas línguas românicas.

### 1.2 - Os casos no Latim Vulgar

Segundo a maioria das gramáticas históricas consultadas, uma das causas principais do surgimento do acusativo preposicional em latim e posteriormente em português foi a redução dos casos e o conseqüente emprego das preposições. Vejamos como isso aconteceu em latim.

No latim, a distinção das funções sintáticas por meio de casos<sup>1</sup>, como nominativo, vocativo, acusativo, genitivo, dativo e ablativo apresentava grande desproporção entre o

---

<sup>1</sup>O termo "caso" significa marcação superficial das desinências casuais (latinas), ou seja, identificação das relações sintáticas entre as palavras de uma sentença, através de contrastes como nominativo, acusativo, etc.

número de desinências ou morfemas, muito limitado, e a multiplicidade de relações que estes deviam expressar. Daí o desenvolvimento do emprego das preposições, as quais, usadas de começo com o propósito de tornar mais precisas as diversas relações sintáticas, vieram por fim a suplantarem o uso das desinências casuais.

O nominativo e o vocativo eram iguais, exceto em alguns nomes da 2a. declinação. Dessa forma, o vocativo acabou desaparecendo em proveito do nominativo. O genitivo foi aos poucos sendo substituído pelo ablativo precedido da preposição *de*; o dativo pelo acusativo regido de *ad*. Mas as hesitações entre o acusativo e o ablativo fizeram que, com o correr do tempo, fosse este último também eliminado. Na Península Ibérica, o caso sobrevivente da declinação latina foi o acusativo, que é, salvo poucas exceções, aquele donde se originam as palavras portuguesas.

Segundo Grandgent (1928) tornou-se necessário o uso da preposição, na língua oral, devido ao desaparecimento do *-m* final de acusativo. Com a perda das distinções quantitativas nas sílabas não acentuadas, o ablativo passou a distinguir-se muito pouco ou nada do acusativo no singular na maioria das palavras (Cf. *causa(m)*, *causa*; *donu(m)*, *dono*; *patre(m)*, *patre*, etc.) Para o referido autor, é provável que antes da queda do Império Romano Ocidental, a forma do ablativo plural já tivesse sido eliminada, usando-se em seu lugar a forma de acusativo. O ablativo e o acusativo no singular se pronunciavam iguais em todos os vocábulos na

maior parte do território latino. A fusão dos dois casos foi, sem dúvida, favorecida pelo fato de se empregarem certas preposições tanto com acusativo como com ablativo, mas, segundo Grandgent, tal confusão provavelmente não se generalizou antes do século III. E afirma: "É muito freqüente o uso de *cum* com o acusativo: *cum discentes suos, cum sodales*, em inscrições (Lat. Spr., pág. 488) *cum epistolam* (Bechtel, pág., 95), etc".

A forma do acusativo substitui também a forma do ablativo precedida de outras preposições: *a monazontes* (Bechtel, pág., 94); *a caput, a vitia* (Ben., pág., 125); *de actus* (Ibid), etc.

Inversamente, a forma de ablativo é empregada com grande freqüência no lugar da forma de acusativo: *ad ecclesia majore* (Bechtel, pág., 94); *-ante sole, ante cruce* (Bechtel, pág., 95); na "Peregrinatio" o uso de *-in* com ablativo em vez de acusativo é mais freqüente que o uso correto de *-in* com acusativo: *venit in civitate sua* (Bechtel, pág., 94-101).

Ismael Coutinho (1976) afirma que a redução o dos dois casos (acusativo e nominativo) a um justifica-se mais como um fenômeno sintático do que fonético, acrescentando: "Se o fato fonético da queda do *-m* do acusativo singular podia favorecer a identidade do acusativo com o nominativo na 1a. declinação (Cf. *hora* e *hora(m)*); o mesmo já não acontecia com a 2a. e a 3a. declinação em que os dois casos permaneciam diferentes (Cf. *hortus* e *hortu(m)*), *avis* e *ave(m)*. As palavras se dispunham na frase, em Latim Vulgar, segundo a

ordem natural de elaboração o do pensamento - sujeito - verbo - objeto ou predicativo -, em contraposição o ao uso da língua clássica. Acontecia que essa ordem, quase invariavelmente, acabou por fixar a função das palavras na frase. Assim não se justificava mais a manutenção dos dois casos".

Maurer Júnior (1962) argumenta que a causa principal da redução dos casos se deve ao emprego das preposições que se tornava uma necessidade quando a confusão das desinências, pela perda das consoantes finais e pelo enfraquecimento do timbre vocálico, trazia maior obscuridade à frase. Segundo essa perspectiva, o autor afirma que numa fase bastante antiga, a língua vulgar possuía todos os casos que conhecemos na língua clássica. A desagregação do sistema antigo realizou-se pouco a pouco e vestígios de todos os casos encontram-se cristalizados em palavras românicas.

Considerando dados epigráficos, Maurer Jr. afirma que a confusão entre os casos se evidencia nas inscrições, pelo menos desde o princípio da era cristã, como por exemplo, em Pompéia. Ao contrário de Grandgent, que afirma que tal confusão não se generalizou antes do século III, para Maurer Jr., ela foi anterior à documentação epigráfica, o que se confirma também pela universalidade da eliminação do ablativo na România. Essa universalidade seria mais estranha, diz Maurer Jr., no caso de uma renovação mais recente. E apresenta erros de regência em: *cum iumentum, sine dulcissimum Philote, ad porta cum sodales, ob auctione, pro ferrum, per*



vindemia em inscrições de Pompéia<sup>2</sup>; roga pro nos, em uma inscrição cristã do cemitério de Calisto; roga pro fratres et sodales tuos, no cemitério de Giordano. Na "Peregrinatio" ocorrem expressões como cum monazontes, pro hoc ipsud, per valle illa, in quo descendit maiestas Dei, cum subissemus in illo, etc.

Essa confusão casual dos nomes regidos de preposição mostra que se empregava o acusativo no lugar do ablativo.

Também J.J. Nunes apresenta a mesma idéia. Segundo ele, tamanha importância adquiriu no Latim vulgar o acusativo<sup>3</sup> que, ainda no plural, em que não podia confundir-se com o ablativo, encontra-se regido das preposições que este caso pedia, como se vê nas frases: de quaslibet causas, cum filios suos, sine pedes, etc.

Em latim, o complemento sobre o qual incidia a ação expressa pelo verbo transitivo ia para o acusativo, sem preposição: "Si uis pacem, para bellum" (Silvio Elia, pág. 238, 1979). No entanto, ao lado dessa construção, criou-se outra que admitia a regência preposicional.

A confusão entre acusativo e dativo é relevante para

---

<sup>2</sup>Os exemplos (Cf. Maurer Jr., 1959) vêm na Antologia, págs., 90-95 e em Väänänen, *Le latin vulgaire*, pág., 204.

<sup>3</sup>É do acusativo que procede a grande maioria das palavras portuguesas. Embora essa asserção tenha sido colocada em dúvida por Malkiel (apud Maurer Jr., [1959]), que se refere ao problema do caso "Lexicogênico" (acusativo ou ablativo) como "um problema de gramática histórica ainda em discussão". Entre os filólogos portugueses e brasileiros a doutrina de que o caso "Lexicogênico" é o acusativo é geralmente aceita sem hesitação.

o presente trabalho porque foi ela que deu origem ao acusativo preposicional nas línguas românicas.

Segundo Maurer Jr. (op.cit.) é provável que desde o período latino tivesse aparecido a curiosa inovação, mas seria certamente apenas um fenômeno de extensão limitada e não um processo geral da língua vulgar. Para o autor, o duplo acusativo, normal em latim com um pequeno número de verbos, "docere, celare, rogare, postulare, (ex)poscere", perdeu-se na língua vulgar.

Para Bourciez (1967) certos verbos como *do*, *trado*, *praestro*, *promitto*, *dico*, etc., não exprimem somente o objeto imediato da ação, mas se referem também a uma pessoa que se põe sempre no dativo (*do vestem pauperi*). Além disso, este caso (o dativo) expressa o complemento único e principal de muitos verbos que indicam notadamente a solicitude "faveo, obedio, servio, parco, auxiliior,) ou hostilidade "noceo, invideo, minor". Segundo o autor, estes verbos que para os latinos não implicavam a idéia de uma ação imediata são ditos de ordinário "Intransitivos", por abuso de linguagem, porque não há logicamente senão uma diferença muito fraca entre a função preenchida por "fratri em nocet fratri e a de fratrem em laedit fratrem".

De acordo com Bourciez, o movimento sintático constituía, em latim vulgar, em substituir o complemento do dativo (marcando a atribuição) pela preposição *ad* + acusativo, que



exprimiam originariamente a "tendência".<sup>4</sup> Não se fazia mais a distinção entre dare alicui litteras et dare litteras ad aliquem(m); e as confusões desse gênero se produziriam logo: Huno ad aliquem dabo (Plaut., Capt. 101): se pecunia ad id templum data erit (CIL. IX, 3613); omnes ad propinquaos restitui (Liv. 2,13). Entretanto, o uso da preposição, com verbos como dicere, só se estendeu bastante tarde, mas é freqüente na Vulgata: Ait ad illos (Hyg. Fab, 116); Dominus loquitur ad Jeremiam (Hier. ep. 122), 5). Por outro lado, os verbos ditos "Intransitivos" seguiram o movimento e "Nocet fratri" se tornou também "nocet fratrem".

### 1.3 - O Acusativo Preposicional nas línguas românicas

Veremos na seção que se segue a disseminação do acusativo preposicional nas línguas românicas.

Nas línguas românicas, o problema se processou diferenciadamente: no espanhol e no romeno a presença do complemento direto preposicionado, em determinadas condições, é regular. O francês e o italiano não adotaram tal tipo de construção, mas criaram o artigo partitivo.<sup>5</sup> Já o português e o catalão ocupam uma posição intermediária. Nessas duas o acusativo preposicional é usado de forma menos sistematizada

---

<sup>4</sup>"Tendência" expressão vaga, mas muito difundida na Lingüística atual. Em inglês, "drift".

<sup>5</sup>Parece que nas línguas românicas em que não ocorre o ODP, aparece o artigo partitivo (Cf. italiano, francês). Ao nosso ver, esse processo provavelmente substituiu o acusativo preposicional.

do que no espanhol e no romeno.

Como vimos, o acusativo preposicional existe também, embora de forma menos freqüente, em português e em catalão. Segundo Harri Meier, as duas línguas apresentam grande similaridade frente ao fenômeno. Tanto o português como o catalão têm o que H. Meier chama "acusativo preposicional de comparação". Sobre o exemplo do catalão "ettous les apòtres aimaient tant a Jésuschriste", Fabra, *Gramaire Catalane* (1941), afirma: "La préposition a se place devant le complément direct quand ce complément est un pronom personnel (a mi, a tu, a ell, etc) e dans l'expression l'un a l'autre. Ex.: "A mi me mira i no a tu" a peut aussi se placer devant un nom de personne mais cet usage de la préposition est évité par la plupart des écrivains actuels".

Vamos agora examinar mais detidamente a ocorrência do acusativo preposicional no espanhol, porque, dentre todas as línguas românicas, é nessa língua que o fenômeno ocorre de forma mais disseminada.

Em espanhol a preposição que precede o objeto direto a- (<lat. ad) está presente nos textos literários mais antigos, embora não seja empregada sistematicamente. No entanto, no espanhol moderno o seu uso é obrigatório antes do objeto direto quando o complemento é um nome contendo o traço [+animado].

Segundo H. Meier (1948:117) "La evolución de emplear la preposición a para el acusativo en el español, no ha terminado todavía". Também Gili y Gaia (1955) afirma que este

fenômeno "sigue en plena evolución sin hayan llegado a consolidarse en su totalidad estados historicamente alcanzados".

O uso da preposição a em textos medievais do espanhol não é tão regular. Observem-se os exemplos abaixo em que ora aparece a preposição, ora, não.

(12) Exemplos com a preposição a:

- a) "...tanto que aqueste rrey Filomenes vio a Ulixes que estaua a pie..." (p.230)
- b) "...e dioles por guiador a todos a Çiralanor, su hermano..." (p.234)
- c) "...e despues ordeno don Hector la quarta az e puso en ella a1 rrey Rremo de Çisonia..." (p.235)
- d) "...fue ferir a don Hector..." (p.245)
- e) "...feriendo a toda parte e matando a todos quantos antes fallaua..." (p.252)
- f) "...començaron a mal traer a los griegos..." (p.252)
- g) "...que mató ao rrey de Frisa, en que fizo muy grand mal..." (p.257)
- h) "...e muchos ouo y a quien preso de la su cayda..." (p.259)
- i) "...Diomedes a quien matara Troylo el caualo..." (p.285)

## 13) Exemplos sem a preposição a:

- a) "...Palomedes que vio ( ) los griegos tan mal..." (p.238)
- b) "...e quando vio ( ) el ally estonce los que se combatian con don Hector..." (p.248)
- c) "...el rrey Thoas mato ( ) Casabilante, uno de los fiios del rrey Priamo..." (p.250)
- d) "...e mataua ( ) muchos muy esforçadamente..." (p.252).
- e) "...mas aguijaron estonce mucho ayna ( ) el rrey Anchiles e ( ) el rrey Protenor..." (p.241)
- f) "...dieron ( ) Anchiles tantas feridas de espadas e de dardos..." (p.288)
- g) "...e Diomedes, que vio en commo leuaua ( ) don Hector preso Anchiles..." (p.297)
- h) "...E Polibetes fue ferir ( ) Apon, el viejo,..." (p.299)
- i) "...vet commo esta soboroso do los yr( ) ferir..." (p.284)
- j) "...ca gelo defenderian ( ) muy pocos caualleros..." (p.299)

Por outro lado, no mesmo "corpus", o emprego da preposição a é obrigatório antes dos pronomes:

- a) "...que salieron a el quando sopieron que venia agamenon..." (p.266)
- b) "...atendiendo su saldrien a ellos..." (p. 282)

c) "...esto fue por que partio a todos los de su parte..."  
(p.267)

d) "...que nom temia a ninguno a mataua muchos ..." (p.252)

Pidal, M.(1976) *Textos Medievales Españoles* - ESPASA CALPE

Segundo Bourciez (op.cit.) um traço específico do castelhano é o hábito de ligar ao verbo através da preposição *a* (muito tempo escrito *á*) o complemento principal que representa um ser animado. Este emprego que segundo o autor deve ter começado durante o período românico primitivo, domina já nos antigos textos espanhóis "Veré a la mugier", (Cid, 299), sem ser ainda obrigatório, sobretudo com nomes no plural "Quinze moros matava", (Cid, 472). Na língua moderna e na poesia seu uso também é registrado diante de coisas personificadas: "El sol al mundo alumbre (Garcilaso).

Harri Meier (1948) divide a evolução do fenômeno no espanhol em três etapas: a primeira é representada pelas formas: *a mi*, *a tí*, *a el*, etc. Esta primeira etapa ocorre também em português e em outros dialetos das línguas românicas. Na segunda etapa, o autor mostra o uso do acusativo preposicional estendido a outros nomes, mas limitado a certas condições sintáticas e a um número bastante restrito de influências lexicais, principalmente no português, no catalão e em alguns dialetos provençais e italianos. A terceira etapa é estendida apenas ao espanhol e ao romeno contemporâneos. Uma pluralidade de condições colaboram para dar ao acusativo

preposicional uma função diferente e nova: a de distinguir a esfera pessoal, actuante e individualizada, da esfera dos objetos, passiva e coletiva.

Herbert Ramsden (apud Lois, 1982) afirma que todos os exemplos de pronomes pessoais acusativos nos textos medievais examinados por ele vêm precedidos de *a*; essa colocação apóia a constatação de H. Meier sobre a 1a. etapa do espanhol. Herbert diz ainda que com SN's acusativos não-pronominais referentes a pessoas, há uma hesitação ou omissão da preposição. Rafael Lapesa (1964) observa igualmente esta diferença entre *a* precedendo objetos pronominais e objetos não-pronominais nos primeiros textos literários. No espanhol antigo com pronomes pessoais não há alternância, já com SN's acusativos não-pronominais, há alternância.

Tem sido consenso entre os gramáticos que em português o emprego da preposição tornou-se necessário sempre que o SN sujeito e o SN complemento, ambos nomes de seres [+animados] possam exercer a função de sujeito ou de objeto. Nesses casos, somente a presença da preposição poderia indicar qual dos dois elementos é o objeto. Observe-se o seguinte exemplo de Camões: "Vio Alexandre a Apelles "(Lus., 10, 48, 1952). O objeto direto no referido exemplo vem preposicionado devido à inversão do sujeito. Melhor dizendo, os dois SN's contíguos e animados provocam uma ambigüidade e somente a inserção da preposição permite identificar qual dos dois elementos funciona como objeto, uma vez que este é o que vem precedido de preposição .



Segundo Harri Meier, uma das razões que explicam o uso restrito do fenômeno em português é o fato de haver nesta língua uma separação nítida entre acusativo e dativo, o mesmo não ocorrendo no espanhol. No português, *lhe*, *lhes* são dativo e *o*, *a*, *os*, *as*, acusativo. Para Harri Meier, essa predominância da distinção casual no português exprime-se pela correspondência quase completa entre *lhe*, *lhes* e os complementos substantivais com a preposição *a* de um lado, e entre *o(s)*, *a(s)* e os complementos substantivais sem preposição de outro. Essa consciência do caso acusativo e dativo, de acordo com H. Meier, diminui a expansão do acusativo preposicional.

No entanto, Mattoso Câmara, em seu **Dicionário de Filologia e Gramática**, afirma que quando o objeto é um nome substantivo, a oposição entre "direto e indireto" fica teoricamente perturbada por duas circunstâncias: "1) Certos verbos exigem uma preposição para reger seu objeto, nocionalmente direto, mas não admitem a transformação no pronome adverbial átono *o*, *a*, *os*, *as*. (Ex.: "tratar de alguma coisa, assistir a um espetáculo"); 2) o objeto direto referente a pessoa admite a regência da preposição *a* que assinala o gênero animado do paciente, mas com a marca de objeto direto pela possibilidade da transformação no pronome adverbial átono *o*, *a*, *os*, *as* (Ex.: "amar a Deus: amá-lo). No primeiro caso, um grande número de gramáticos estendem a esses objetos o conceito de "indireto", estabelecendo um conceito de objeto indireto "lato sensu", ao lado do objeto indireto "stricto sensu" com a possibilidade de transformação

em *lhe* e *lhes*. No segundo caso, tem-se o objeto direto preposicionado, que fica em variação estilística com o objeto direto normal sem preposição regente."

Como fizemos notar, a distinção entre objeto direto e objeto indireto não é tão clara assim como afirma H. Meier, tendo como critério o teste da substituição pronominal, como discutido acima. Na verdade, o nome substantivo que funciona como objeto pode admitir ou não a substituição pela forma pronominal que distingue, por um lado, o acusativo e, por outro, o dativo. Assim sendo, não parece verdade que para o português haja uma correspondência nítida entre acusativo, que permite a substituição dos seus complementos pelas formas *o*, *a*, *os*, *as*, e dativo, que normalmente admite a substituição do nome substantivo pelas formas *lhe*, *lhes*.

Epiphânio Dias (1970) diz que em português "o objeto direto é ou pode ser em alguns casos, precedido da preposição

- a. O emprego da preposição é de regra:
- a) Com o pronome relativo *quem*: Mas o velho a quem tinham já obrigado..."
  - b) Com as formas tônicas de pronomes pessoais: A vós e a mim o mundo todo doma (Lus., VI, 30)
  - c) Na designação de reciprocidade, com *um-outro*: Sem se verem uns aos outros com o fumo (AFF. Albuq., Comm., 32)
  - d) Quando por causa da colocação do complemento, a omissão da preposição torna o sentido ambíguo: E sucedeo que afrontando de palavras a Xavier hu homem desconhecido respondeo o santo (Vieira, 8, 463)"



Segundo este último, é facultativo o emprego da preposição quando, em geral, o complemento designa pessoa ou ser personificado. No português, diz Epiphânio Dias, esta prática limita-se aos verbos que exprimem sentimentos ou manifestações de sentimentos. Assim, diz-se sempre "Amar a Deus" como tradição da sintaxe antiga conservada no catolicismo.

De tudo o apresentado acima procuramos extrair os principais fatores que favorecem a ocorrência do acusativo preposicional nas línguas românicas, a saber:

- Ambigüidade
- Animacidade
- Definitividade
- Classes de Verbos

## CAPÍTULO 2

# ANÁLISE TRADICIONAL DO ACUSATIVO PREPOSICIONAL NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

---

Faremos na seção que se segue uma resenha bibliográfica dos autores que estudaram o acusativo preposicional nas línguas românicas, tomando como base Lois (1982).

As explicações dadas ao fenômeno são bastante variadas. De acordo com os autores resenhados por Lois (1982), os seguintes fatores estariam envolvidos no mesmo:

- fator ritmico e papel do acento no emprego do acusativo preposicional (Cf. Reichenkron, 1951);
- idéia de direção e localidade (Cf. Brauns, 1908 e Kelepky, 1913);
- importância do gênero pessoal;
- a esfera pessoal evidenciada sobretudo pelos verbos que exprimem idéia de violência, num primeiro período (Spitzer, 1928);
- a esfera pessoal e a expressão de respeito (Hatcher, 1942);
- analogia com o objeto indireto.

Para Meyer Lübke (1900) o acusativo preposicional é uma substituição do dativo de interesse. Essa explicação em termos de analogia com o dativo é muito difundida para o espanhol. No entanto, Niculescu (1959) apresenta um argumento contra a tese de Meyer Lübke afirmando que no romeno a preposição *pe* não aparece jamais em função de dativo. Nessa língua o que existe, segundo o autor, é uma flexão casual para o dativo. Observe-se:

<i>caîne</i> (cachorro)	<i>caînelui</i> <sup>1</sup>
<i>nume</i> (nome)	<i>nemelui</i>
<i>fata</i> (moça)	<i>fetei</i>

Considerar uma mesma explicação para o fenômeno, ao menos para o espanhol e o romeno, onde ele se apresenta em contextos similares, admitindo para o mesmo uma analogia com o dativo, não é suficiente, pois para o romeno a preposição que introduz o acusativo preposicional é *pe* e esta nunca aparece na função de dativo. Como veremos mais tarde, mesmo para o espanhol essa explicação não esclarece toda a complexidade do problema.

---

<sup>1</sup>(Cf. Guillemou, 1953). No romeno esta forma de dativo não é possível, por exemplo, com substantivos sem artigo. Usa-se a preposição *a* que é empregada também na língua falada, familiar ou no lugar da flexão, jamais a preposição *pe*, (Cf. Sandfeld e Olsen [1936]).

Como já foi dito, uma idéia muito comum na maioria das gramáticas tradicionais que procuram explicar o acusativo preposicional consiste em dizer que este surgiu para evitar a ambigüidade entre sujeito e objeto, devido à ordem livre dos elementos na frase.

R. Lenz (1944) afirma que o complemento do objeto direto prende-se à preposição a se ele pode ser confundido logicamente com o sujeito da frase.

De acordo com a gramática normativa da Real Academia Española (1973), o emprego da preposição a diante do objeto direto refere-se a pessoas determinadas e individualizadas. A preposição indica também o objeto direto inanimado desde que seja possível confundi-lo logicamente com o sujeito da sentença.

R. Seco (1971) observa que se em frases como "Ayer ha visto mi madre a Andrés", se a preposição não estivesse presente, seria impossível saber qual dos dois SN's é o sujeito e qual é o objeto. A posição dos elementos determinaria qual é o sujeito e qual é o objeto, se a ordem fosse SVO. Nesse exemplo a ordem dos constituintes não é SVO, mas VSO.

Certamente é devido a essa quebra da ordem básica SVO que a presença da preposição é relevante para distinguir o SN sujeito do SN objeto. Se os dois SN's forem inanimados, como em "La muerte de Juan ocasionó una gran desgracia" e "Una gran desgracia ocasionó la muerte de Juan", a posição dos elementos na frase é indiferente, uma vez que o perigo de

confusão entre sujeito e objeto não existe. Observe-se, no entanto, que as frases acima possuem o esquema SVO. Sendo assim, o emprego da preposição *a* não foi necessário. Ao nosso ver, esta só se faz necessária quando o sujeito e o objeto são inanimados e a frase não possui o esquema SVO como em "Sostiene a la voluntad la esperanza."<sup>2</sup>

E. C. Hills (1920) afirma igualmente que a ordem livre pode provocar confusões e que a preposição tem como função principal evitar uma ambigüidade possível, desde que o objeto seja animado ou o sujeito e o objeto inanimados. Hills argumenta que com o desaparecimento das flexões casuais latinas, o espanhol hesita em diferenciar o sujeito e o objeto por meio de uma ordem fixa SVO, como faz o francês moderno, ou ainda indicar o objeto direto e indireto pela preposição *a*. Essa função de *a* parece encontrar sua origem, segundo Hills, em estruturas como "Busca a su padre", em que o verbo está na 3ª pessoa do singular, fazendo com que o SN objeto seja precedido pela preposição *a*. Assim entendemos que, se a preposição não estivesse presente no referido exemplo, poder-se-ia entender "su padre" como o sujeito da oração. Por analogia, a preposição *a* ter-se-ia estendido a outras estruturas onde ela não é necessária para clareza da

---

<sup>2</sup>Segundo R. Seco, muitas vezes não há uma ambigüidade possível nestes casos. Observe-se "Destrozó la casa el temporal". Nesse exemplo, um conhecimento pragmático, como também a noção de "agente" evita a confusão do sujeito com o objeto. Sabemos que "temporal" é o agente lógico e "casa" o paciente, não sendo necessária, portanto, a presença da preposição. Ao nosso ver, a sentença se tornaria ambígua se antepuséssemos a preposição ao SN "temporal".

frase como em "Busco a mi padre", em que o verbo está na 1ª pessoa do singular. Devemos fazer notar ainda que em "Busca a su padre", a inversão SV/VS é possível, **su padre** poderia ser também sujeito. Desse modo, a inserção da preposição é relevante para indicar o SN objeto.

H. Meier (1947), ao fazer um estudo de vários textos em prosa do catalão, observa que nos casos estudados a preposição não ocorre quando o complemento se encontra diante do verbo, exceto nos casos de objetos inanimados. Nessa língua, a possibilidade de distinção graças à preposição parece não ter se estendido aos complementos nominais humanos. Nesses casos, diz ele, a ordem das palavras fixa as relações gramaticais. Já num poema épico, onde há inversões e uma grande liberdade na ordem, verifica-se uma nítida maioria de acusativo preposicional, mesmo quando os complementos não são pronominais.

S. Puscariu (1922) afirma que, no romeno, o acusativo preposicional é um meio de distinguir o acusativo do nominativo para não sacrificar a ordem. Para o autor, a distinção entre "agens" e "patiens" é tão importante, especialmente quando se trata da designação de seres vivos capazes de realizar uma ação, que a língua romena criou propriamente um meio formal para distinguir o nominativo do acusativo. Esse meio formal pode ser a ordem das palavras ou o morfema *pe* para o acusativo. Quando se trata de objetos inanimados, o traço distintivo é apenas a ordem das palavras.

Para o espanhol, G. Rolfs (1971) sustenta igualmente

a idéia de que depois do desaparecimento dos casos latinos fizeram-se necessários outros procedimentos para distinguir o nominativo do acusativo, como por exemplo: 1) uma ordem mais estrita das palavras na frase, ou ainda, 2) um acusativo preposicional. Este segundo procedimento, afirma ele, é recomendado desde que a ordem rígida das palavras não desfaça o equívoco entre os possíveis candidatos a sujeito ou objeto ou quando estes estão adjacentes, isto é, sempre que o complemento objetivo, por razões estilísticas, esteja colocado no começo da frase diante do sujeito ou do verbo.

Vejamos alguns de seus exemplos:

- a) "E agora dises que maten ellos a nos" (espanhol antigo)
- b) "Solicita que no confunda a ça razón la ira (espanhol).

Do que foi exposto, podemos dizer que os autores que têm se ocupado do problema nas línguas românicas em geral, e em particular no espanhol, afirmam que a confusão sujeito-objeto é atribuída principalmente à ordem livre. Outros acreditam também na analogia do acusativo preposicional com o dativo. Nas línguas românicas citadas, o fenômeno é mais freqüente com objetos que apresentam o traço [+humano]. Além disso, é no espanhol que o acusativo preposicional apresenta a maior freqüência de ocorrência. No catalão e no português o uso da preposição não é muito disseminado. Diferentemente das



outras línguas românicas em que o acusativo preposicional é introduzido pela preposição *a*, no romeno o fenômeno ocorre com a preposição *pe*.

## 1 - EMPREGO DO ACUSATIVO PREPOSICIONAL NO ESPANHOL MODERNO

Apresentamos a seguir uma síntese dos ambientes de ocorrência do acusativo preposicional no espanhol contemporâneo, conforme os critérios a), b), c), d) e h) adotados por Lois (1982).<sup>3</sup>

### 1.1 - A preposição está obrigatoriamente presente:

(A) Sujeito			Objeto direto
[+ animado]			[+ animado]
1) Juan	mató	a	María
	insulta	a	este señor
2) Nós	conhecemos	a	Juan
	hemos visto	a	su padre
3) Ellos lo	arrestaron	a	él
		a	ela
4) El perro	hirió	a	gato
		a	niño
		a	alguien
		a	uno, otro
		a	éste

---

<sup>3</sup>A numeração e ordenação dos critérios retirados da autora aqui citada foram feitas em função do presente trabalho.



5) Yo	escucho	a	nadie
		a	ninguno
		a	todo
		a	qualquiera
			etc.

(B) Sujeito			Objeto direto
[- animado]			[+ animado]
A sinceridade	assusta	a	Juan
	preocupa	a	

Os verbos dos exemplos de (B) podem ter também como sujeito um SN [+ animado] como em "Juan assusta a María".

1.2 - A preposição pode estar presente, apesar do caráter [-animado] do objeto.

(A) Sujeito			Objeto direto
[animado]			[-animado]
	"Llamar	a	la muerte"
"Las aves	saludam	a	aurora"
"Los ácidos	atacam	a	los metales"
"La malícia	no comprende	a	la bondad..."

De um modo geral, os verbos mencionados acima, em outros contextos, selecionam complementos [+ animados]

(B) 1-"Preceden a cada fragmento unas notas"

"El segundo surco tocaba al primeiro en un solo punto"

"El número de sillas duplica al numero de mesas"

"El invierno sigue al otoño"

2-Podemos incluir também nessa seção os casos em que a preposição pode estar presente quando há uma ambigüidade possível entre o sujeito e o objeto mesmo que o SN objeto seja [-animado]. O exemplo seguinte é de Gili y Gaya (1969) e da Real Academia Española (1973). Observe-se: "La amistad dominó al interés de todos". De acordo com Gaya e a Academia Española, a preposição estando presente pode-se inverter a ordem do sujeito e do objeto sem alterar a função sintática.

### 1.3 - A preposição está obrigatoriamente ausente

(A)	Sujeito		Objeto direto
	[+animado]		[-animado ]
	Compré	( )	casa
			canetas
(B)	Sujeito		Objeto direto
	[+animado]		[+ animado]
	Necessito	( )	amigos
	Busco		criados

Os SN's que funcionam como objetos nos exemplos de 1.3 (B) são determinados. Além disso, os SN's sujeito e objeto são de número diferente. A ambigüidade parece ser

gerada por SN's que tanto na posição de sujeito quanto na posição de objeto estão no mesmo número.

1.4 - A preposição pode estar ausente apesar do caráter [+animado] do objeto.

(A) Sujeito		Objeto direto
[+animado]		[+animado]
"Los romanos	robaron	las sabinas"
"Quieras	que te preste	mi cocinera?"
	"Dejó	su niño en la
		puerta..."
	"Envió	sus hijos a la..."

Os verbos de (A) acima selecionam normalmente objetos [-animados] No entanto, a omissão da preposição é menos freqüente com nomes próprios:

(B) Sujeito	Objeto direto
[+ animado]	[+ animado]

"Allí se daría ordem de llevar a Dorotéia a sus padres".<sup>4</sup>

Se os dois objetos designam nomes próprios uma outra fórmula deve ser empregada, afirma a Real Academia Española, mesmo quando encontramos exemplos do tipo: "Di a Diana a dom Sancho". Segundo a R.A.E. esta mesma ambigüidade pode ser

---

<sup>4</sup>Os exemplos são da R.A.E.(1973).

encontrada nos exemplos onde os objetos não designam nomes próprios. "Recomiende usted a mi sobrino al Señor director". Para resolver essa ambigüidade, diz a R.A.E., o complemento direto é freqüentemente colocado ao lado do verbo sem preposição e, em seguida, o objeto indireto precedido de a.

Também Bello (1948) afirma que a preposição deve estar presente no seguinte caso: "Prefiero el discreto al valiente". Porém se a repetição de a for inviável, diz ele, o objeto direto precede: "El traidor Judas vendió a Jesus a los sacerdotes y fariseos", "El duque sin hablar dió el niño al cura".

H. Meier (1948) afirma que a liberdade que o espanhol ainda conserva para variar entre o complemento de pessoa com e sem preposição permite-lhe, em geral, evitar que o dilema da identidade do nominativo e acusativo seja substituído por outro que é a identidade do dativo e acusativo. A esse propósito H. Meier chama a atenção para dois fatores: primeiro, a liberdade para omitir a preposição é limitada; segundo, não se estabelece na língua uma confusão importante entre acusativo e dativo. Outros verbos com os quais podemos encontrar um objeto direto animado e um objeto indireto são os verbos que selecionam normalmente objetos inanimados. Como já dissemos anteriormente, nesses casos, a preposição a pode estar ausente apesar do caráter [+animado] do objeto, sem que um objeto indireto intervenha, como com os verbos enviar, dar, etc. Deve-se notar que a escolha da preposição a para marcar o acusativo não é uma estratégia tão cuidadosa, uma

vez que há omissão da mesma diante do acusativo quando se tem uma ordem fixa com verbos que pedem um objeto direto animado e um objeto indireto.

Em exemplos com SN's indefinidos como em "Fueron a buscar um médico experimentado que **conocera** bien las enfermedades del país" (subjuntivo) e "Fueron a buscar a um médico extranjero que **gozaba** de una gran reputación" (indicativo) a especificidade ou a não-especificidade do complemento preposicionado parece estar relacionada aos modos indicativo e subjuntivo. O falante parece pensar em um referente específico desde que seja empregado o modo indicativo, ou seja, com o indicativo há maior especificidade, logo, o uso da preposição faz-se necessário para indicar o objetivo da ação verbal, isto é, o objeto direto, nesse caso o SN objeto parece ser [-definido] e [+ específico]. Já com o modo subjuntivo o SN objeto é [+ definido] e [- específico], portanto, o uso da preposição não se faz necessário. Ao nosso ver, parece haver uma relação entre preposição e especificidade.

## 2 - ANÁLISES PROPOSTAS PARA O PORTUGUÊS

Mattoso Câmara afirma que a sentença "falo ao menino" é o resultado da substituição do dativo por uma locução do nome substantivo regido pela preposição a. Assim, o chamado

complemento "indireto" do verbo transitivo relativo<sup>5</sup> passou a ser caracterizado pela regência da preposição a. No entanto, diz ele, há na língua a possibilidade de se usar também a preposição a com o objeto direto em determinados casos, principalmente, quando esse objeto se refere a pessoa: "Devemos amar a Deus". Além disso, a locução com um nome que assinala uma posição que é o objeto de um movimento do sujeito expresso pelo verbo: "Vou a Paris, ou Vou ao menino", ao local que ele se encontra. Segundo Câmara, é esta a função inicial da locução com a. A substituição do dativo por esta construção, veio de uma tendência de associar o objeto indireto a um complemento de direção. E afirma: "quando o mecanismo dos casos estava em pleno vigor o complemento de direção podia analogamente aparecer no dativo: 'educere caelo', 'atirar para o céu'".

Também Hüber (1933) argumenta que se o complemento de direção não for um objeto, mas sim uma pessoa, este liga-se nem sempre, mas na maior parte das vezes, à preposição a. E exemplifica: "O homem nom pode servir a dous senhores". (Fab. 30).

Para Rodrigues Lapa (1973) um dos motivos fundamentais que determinaram o emprego da preposição foi a necessidade de clareza. Segundo ele, o emprego transitivo do verbo

---

<sup>5</sup>Segundo Francisco Fernandes (1958), "Transitivo Relativo" é o verbo a que se ajuntam para formar sentido, "um objeto direto e um complemento terminativo". Ex.: "Daquela entusiasmo que êle sabia comunicar aos que o oviam" (A. Herculano, "Eurico", 258). "Acusam o réu de roubo" (João Ribeiro, "Gramática Portuguesa", Curso Superior, 236).

criou uma ambigüidade de significado que se mostra perfeitamente no exemplo "não pôde resistir à força do inimigo", a qual tanto poderá significar "não pôde resistir à força do inimigo", como, por uma inversão corrente na língua "a força do inimigo não pôde resistir". Só a entonação poderia discriminar o verdadeiro significado da frase. Como na língua escrita essa discriminação através da entonação fica difícil, o caso foi remediado com o auxílio das preposições, que introduziram clareza no discurso.

Maximino Maciel (1914) também apresenta a mesma idéia. Segundo ele, empregamos o objeto direto preposicionado geralmente para a clareza sintática. É necessário ressaltar que tanto Rodrigues Lapa quanto Maximino Maciel referem-se à língua escrita e não à língua falada.

Em sua Gramática Histórica, Eduardo Carlos Pereira (apud Carlos Góis, 1955) afirma que, desde o século XI, desenvolveu-se um processo novo de reger o objeto com a preposição *ad*, que se fixou em português para clareza e variedade da frase. Segundo ele, a preposição só se antepunha quando o objeto designava um ente animado" (*decepit ad suo germano*). Subordinando a esse processo medieval, o português rege com a preposição *a* o seu objeto com nomes de pessoas ou seres vivos. E ainda mesmo com objeto de seres inanimados aparece a regência da preposição *a* toda vez que o verbo exprime ação ordinariamente praticada por seres inanimados pois, diz ele, há nesse caso uma influência psicológica. Por habitual sugestão, o espírito comunica certa vida ao objeto,



interessando-o na ação verbal. Ex.: "Não ameis ao mundo" (Antonio Pereira). "A noite segue ao dia" (Idem)

Carlos Góis (1945) afirma que os principais fatores que implicam a regência preposicional do objeto direto são: *a obscuridade, a ordem inversa, a elipse do verbo, a distância, a ênfase, o gênio da língua, etc.*

Como se vê, o acusativo preposicional no português carece de estudos mais profundos e sistemáticos. À exceção de Mattoso Câmara, Carlos Góis e Epiphânio Dias, que explicitam um pouco mais suas observações sobre o fenômeno, a quase totalidade dos gramáticos se abstêm de estudá-lo, apenas o mencionam. Suas análises restringem-se a definições com alguma exemplificação.

Examinando os diversos conceitos do objeto direto preposicionado em português chegamos à seguinte conclusão: as definições são, ao nosso ver, **repetitivas**, raramente havendo esclarecimentos que aprofundem a noção do ODP. Quase todos os autores citados conservam os exemplos clássicos. Não há uma **explanação** diacrônica para o acusativo preposicional em português. Além do mais não explicitam os motivos de sua ocorrência, não havendo destaque para o aspecto diacrônico. Alguns pouquíssimos autores, como Mattoso Câmara, procuram dar uma explicação mais ampla para o fenômeno. Não há uma sistematização dos exemplos apresentados, nem apresentação de **dados originais**. A maioria se restringe apenas a citar os casos clássicos afirmando que o objeto direto não é precedido de preposição. No entanto, casos há em que a presença da

preposição torna-se necessária. Então enumeram os exemplos já conhecidos do acusativo preposicional fazendo a divisão entre o uso obrigatório e o uso facultativo.

Em português, o acusativo preposicional, diferentemente do espanhol, pode vir precedido por outras preposições além de *a*. Para mostrar a posição de alguns autores que estudaram o fenômeno, apresentamos, na tabela, as coincidências e divergências entre eles quanto ao tipo de preposição que precede o objeto direto preposicionado na nossa língua.<sup>6</sup>

Preposições que regem o acusativo preposicional em português				
	a	de	com	por
Adriano Kury	x			
Carlos Góis	x	x		x
Celso Cunha	x			
Celso Luft	x	x	x	
Cláudio Brandão	x	x		
Eduardo C. Pereira	x	x		
Epiphânio Dias	x			
Evanildo Bechara	x			
J. J. Nunes	x			
Mattoso Câmara	x			
Napoleão Almeida	x			
Said Ali	x			
Silvio Elia	x			

TABELA 1

<sup>6</sup>Por economia de espaço no quadro, indicamos os títulos das obras na bibliografia final do trabalho.

Examinando o quadro, observamos que todos os autores são unânimes em admitir a preposição *a* (< latim *ad*) para reger o objeto direto preposicionado em português. Constatamos, ademais, que dentre os autores consultados, Eduardo Carlos Pereira, Carlos Góis, Cláudio Brandão e Celso Luft admitem também a construção do objeto direto preposicionado com a preposição *de*, quando ela equivale a artigo partitivo em exemplos do tipo: "Beber do vinho" (parte do vinho e não o vinho todo); "Comer do pão", etc.

A regência da preposição *de* para indicar partitivo desenvolveu-se em latim vulgar e fixou-se nas línguas românicas. Até a fase clássica era uma construção usual no português. Para Carlos Góis a preposição *de* usada em sentenças como: "Arrancar das espadas de aço fino" (Camões) é uma idiossincrasia da língua. Já em "Gritei por socorro, a preposição *por* tem caráter de partícula de realce ou expletiva. Celso Luft considera ainda como objeto direto preposicionado expressões do tipo: "Cumprir com o dever". A preposição que se emprega nesses casos, deu-lhe o professor Antenor Nascentes o nome de "posverbio".

Bechara (1968) que segue a definição de Antenor Nascentes afirma o seguinte: "a preposição que aparece muitas vezes depois de certos verbos serve mais para lhes acrescentar um novo matiz de sentido do que reger o complemento desses verbos". Bechara compara construções com preposição e sem preposição. Observe-se: "Arrancar a espada" e "arrancar da espada". Nesta última, a preposição, de acordo com Bechara,

acentua a idéia de uso do objeto e a retirada total da bainha ou cinta. Em "Cumprir o dever e cumprir com o dever, a preposição que segue o verbo acentua a idéia de zelo ou boa vontade para executar algo.

Cláudio Brandão (1963) afirma que o complemento objetivo preposicionado de certos verbos constitui verdadeiras regências idiomáticas. Assim pode-se dizer: "Cumprir o dever" e "cumprir com o dever", "esperar alguém e esperar por alguém", "puxar o arado e puxar pelo arado", etc.

Segundo Antenor Nascentes (1967) o verbo cumprir, em latim "complere", tinha por sintaxe acusativo, "Complere legiones" (Cesar, De Bello Gallico, I,25). É transitivo direto em "Cumprir a vontade de minha mãe" (Machado de Assis, Dom casmurro, 48). Ao lado deste, no entanto, aparece outro tipo sintático com a preposição com. Fausto Barreto, nas Noções Elementares de Sintaxe da preposição simples e da preposição composta, de autoria dele e Carlos Laet, considerando transitivo direto o verbo cumprir, vê neste segundo tipo um objeto direto "esporadicamente preposicional".

Said Ali, na revista Cultura, CVII, p. 237-41, chamou "cumprir com" de forma enfática que diz mais do que o singelo cumprir, por dar a entender que a pessoa executa com zelo, dedicação e boa vontade uma coisa a que está moralmente obrigada. Segundo ele, cumprir com ocorre com notória frequência, parecendo ser geralmente a forma preferida em "Cumprir com sua obrigação", "Com seu dever", "Com seu ofício". Para o mestre, ao sentir de hoje, parece não haver

motivo para inserir a partícula em "Cumprí ordem, mandato, instrução, etc". Já para a mentalidade de outrora, era natural recorrer à forma enfática quando importava dar mostras de vassalo obediente e leal. Daí o "cumprir com o regimento" (Barros, dec., I, prólogo, I, 1-6) a par de "cumprir o regimento".

Rodrigues Lapa (op.cit.), exemplificando a dupla sintaxe "cumprir as obrigações e cumprir com as obrigações", também faz sentir que quando se trata de quaisquer obrigações que não são inerentes ao indivíduo, que não dependem dele, não se usa geralmente a preposição. Ex.: "Cumprí as ordens que me foram dadas".

Na literatura atual, o texto mais recente que encontramos sobre o acusativo preposicional em português é o de RAMOS, Jânia (1989). Neste texto a realização do SN com a preposição a na função gramatical de objeto direto é considerada uma variante no português do Brasil atual. Vejamos alguns de seus exemplos:

(1)a. "Ele os contratou e aos outros também".

b. "Este é o homem a quem encontrei ontem na loja".

(2) "Irmã Dulce surpreendeu a todos".

Segundo RAMOS, apesar da freqüência desse tipo de construção ser baixa em entrevistas com falantes de São

Paulo, sua presença é importante porque evidencia um processo gramatical mais amplo, que é a realização "morfológica" de Caso. Ao fazer uma análise quantitativa dos dados ela considerou como formas variantes SN objeto e a SN objeto em estruturas com verbos transitivos. Descrevendo o status gramatical da preposição a, tendo como base TRV (Chomsky [1980]) a autora afirma que essa preposição é uma realização "morfológica" de Caso, equivalente à adjacência e ainda a uma marca flexional. A marcação preposicional de SN's acusativos é diacronicamente um fenômeno de **mudança lingüística** favorecida principalmente pelos seguintes fatores: **não adjacência, ordem OV, ordem VS e o traço animacidade**. O processo de realização "morfológica" de Caso tende a ser cada vez mais restrito, segundo a autora, e, desse modo, a marcação preposicional de SN acusativo tende também a ser menos produtiva. Como pudemos constatar, a autora citada acima postula a ocorrência de SN com a preposição a na função gramatical de objeto direto como uma forma em variação.

Como observamos, RAMOS faz um estudo diacrônico centrando sua análise apenas nos casos de SN's acusativos com a preposição a. Em nosso trabalho pretendemos examinar dados do português antigo e do português moderno focalizando a ocorrência do acusativo preposicional não só com a preposição a mas também com a preposição de, objetivando explicitar a produtividade (ou não) do objeto direto preposicionado nessas duas grandes modalidades de língua, bem como fazer um estudo comparativo e uma análise diacrônica dos ambientes de



ocorrência do acusativo preposicional nas referidas modalidades, tentando evidenciar os fatores que contribuíram para a disseminação do fenômeno na língua portuguesa.

Vamos resumir os ambientes de ocorrência do objeto direto preposicionado (ODP) seguido pela preposição *a* em Português Moderno.

## 2.1 - Emprego do acusativo preposicional no Português Moderno

### 2.1.1 - A preposição está *obrigatoriamente* presente:

(sujeito)			(Objeto direto)
[+animado ]			[ + animado ]
(1) Maria	consolou	aos	amigos
"Todos	verão	a	Jesus"
(2) "Brutos		a	César assassinou"
"Caim		a	Abel matou"

Com a anteposição do objeto, evidenciada em (2), o objeto direto vem preposicionado para evitar uma possível confusão lógica entre o sujeito e o objeto, devido ao caráter [+animado] dos dois SN's, sendo ambos nomes próprios.

(3) "Nem ele entende	a	nós nem nós a ele"
	a	ela nem ela a ele"
(4) "Conheço a pessoa	a	quem admira"
(5) "É hora de presentear	a	quem amamos"
(6) "Nós amamos muito	a	Deus"



- (7) "Ama-se com fervor            aos    pais"  
       "Conhecem-se uns            aos    outros"

### 2.1.2. A preposição pode estar presente:

(A) Sujeito			Objeto direto
[±animado]			[+ animado]
(1) Tua beleza	encanta	a	todos
		a	alguém
		a	outros
		a	ninguém
			etc.
(2) " Já tive a honra de conhecer		a	V. Exa."

(B) Sujeito			Objeto direto
[- animado]			[- animado]
O remédio	vence	ao	mal
O raio	ofende	ao	tronco

(C) Sujeito			Objeto direto
[+ animado]			[- animado]
"Não ameis		ao	munho"

(D) Sujeito			Objeto direto
[- animado]			[- animado]
"A noite	segue	ao	dia"

Em (D) podemos notar que por uma questão lógica, e até pragmática, sabe-se que a noite é que segue ao dia e não vice-versa.

Em geral, nos exemplos analisados até aqui, o complemento preposicionado ocorre sempre em segundo lugar. Isso corrobora a assertiva de que o SN sujeito, salvo poucas exceções, antecede sempre ao verbo ocupando a primeira posição na ordem da frase, enquanto o SN objeto normalmente segue ao verbo.

Feita esta resenha bibliográfica sobre o tópico Objeto Direto Preposicionado, procederemos, nos capítulos que se seguem, à análise do "corpus" de dados do Português Moderno e Antigo mencionado na Introdução.

## CAPÍTULO 3

# PREPOSIÇÃO A E PREPOSIÇÃO DE NO PORTUGUÊS MODERNO E NO PORTUGUÊS ANTIGO

---

### 1 - DESCRIÇÃO DOS DADOS

Apresentamos, nas seções que se seguem, a descrição dos dados pesquisados por nós em textos do Português Moderno (PM) e do Português Antigo (PA).

Como se sabe, a tradição gramatical portuguesa tem tratado como objeto direto preposicionado alguns dos complementos ligados aos verbos pela preposição *a*. De acordo com o "corpus" pesquisado, esse tipo de complemento ocorre tanto na fase arcaica, quanto na fase moderna. Eles são importantes por revelarem os casos típicos do fenômeno em português. Nosso objetivo inicial era estudar tais complementos precedidos pelo *a*, tanto no Português Antigo, quanto no Português Moderno, a fim de confirmar ou refutar a análise tradicional a eles atribuída. Ao analisarmos o "corpus", verificamos que também a preposição *de* ocorre em ambas as modalidades de língua, introduzindo complementos, oracionais ou não, que, em alguns casos, serão analisados como Objeto Direto Preposicionado.

Nossa análise será guiada pelo "corpus", isto é, descreveremos o que foi encontrado no mesmo: na seção 2.1 procederemos à análise dos verbos do PM ligados aos seus complementos através da preposição *a*, na seção 2.2 estudaremos os verbos ligados aos seus complementos através da preposição *de*. Na seção 3 analisaremos os dados do Português Antigo, nesta mesma ordem de apresentação.

## 2 - PORTUGUÊS MODERNO

Os verbos em Português Moderno (PM) são normalmente classificados como Intransitivos (I), Transitivos Diretos (TD), Transitivos Indiretos (TI), Transitivos Diretos e Indireto (TDI) e Auxiliares (VA). Interessa-nos aqui tentar classificar os verbos segundo o tipo de complemento que eles selecionam. Melhor dizendo, examinaremos os complementos dos verbos encontrados no "corpus" sob análise, procurando caracterizá-los conforme venham (ou não) ligados aos seus complementos através da preposição *a*, observando-se principalmente a dicotomia Verbo Transitivo e Verbo Auxiliar. De acordo com nossos dados, essa dicotomia vai contribuir para a classificação dos verbos que serão analisados no decorrer do trabalho.

No PM a locução verbal (LV) é formada por verbo auxiliar + forma infinitiva (ex: *quer ir, deve sair*) ou verbo auxiliar + preposição + forma infinitiva (Cf., ex.: *começar a falar, continuar a trabalhar*) (Cf. Pontes, 1973). No "corpus"

pesquisado como um todo, isto é constituído de complementos acompanhados por ambas as preposições, a e de, a maior parte dos verbos apresentam, à primeira vista, essa descrição, com os constituintes nessa ordem: Verbo + preposição + verbo. Na verdade, como se verá, os complementos que aparecem em uma estrutura semelhante à de LV no PM são aqueles precedidos pela preposição de. Os complementos precedidos por a são, à exceção de um, seguidos de SN não-oracional.

Procederemos à análise propondo a aplicação de testes caracterizadores do objeto direto (OD) em português para verificarmos se os verbos listados por nós podem ser analisados como transitivos diretos ou não. Caso não o sejam, talvez possam ser classificados como auxiliares, ou transitivos indiretos.

Antes de passarmos à análise dos verbos que apresentam seus complementos precedidos pela preposição a, vamos definir alguns "traços" do chamado objeto direto em português.

Um dos critérios tradicionais definitórios do objeto direto em português é a possibilidade de ele poder ser substituído por uma forma pronominal oblíqua (o/a,/os/as). Outro é a possibilidade da formação da voz passiva, na qual o chamado objeto direto (OD) passa a ser sujeito. Ainda outro critério relevante, segundo a Gramática Tradicional, é o SN objeto poder ser retomado em perguntas através de que (o que/quem). Além desses três critérios, adotaremos também o "traço" Anteposição, melhor dizendo, a possibilidade de o

complemento do verbo poder ser anteposto à sentença sem prejuízo de sentido.

Os critérios adotados por nós estão em Perini (1989), que procura caracterizar o objeto direto prototípico com base numa matriz de traços formais. Para o referido autor, o objeto direto é um constituinte que apresenta as propriedades que se seguem:

- "Não está em relação de concordância com o núcleo do predicado, abreviadamente [- CV]

- Pode ser anteposto livremente [- Ant]

- Pode ser retomado pelo elemento (o) que/quem.

[-Q],

(...) em muitos casos o OD apresenta outras características de interesse, como:

- pode ser retomado por o/a [+ o/a]

- pode aparecer como sujeito de uma frase passiva..."

(Perini, 1989:101/102)

## 2.1 - Análise dos complementos precedidos por a no Português Moderno

Apresentaremos a seguir os verbos que ocorrem ligados aos seus complementos pela preposição a no "corpus" do Português Moderno, a saber, amar, ameaçar, apoiar, conhecer,

conseguir, entender, escutar, mandar, marcar, matar, observar, ouvir, prejudicar, presentear, resistir, salvar e vencer. Utilizaremos a partir de agora os critérios definitórios do objeto direto apresentados na seção (2). Começaremos nosso estudo com os dados do Português Moderno, porque essa modalidade de língua será o ponto de referência para a nossa análise do Português Antigo.

### 2.1.1 - V + a + SN não-oracional

Iniciaremos nossa análise com o verbo **amar**.

Vejam-se os exemplos:

- (1) Ele ama muito a Deus.
- (2) Amo a todos meus amigos.

Vejamos se os quatro critérios caracterizadores do OD se aplicam ao verbo **amar** no PM.

**Critério I:**

- (1)a) Ele o ama muito.
- (2)a) (Eu) os amo.

Vimos pelo teste que o critério I funciona para o verbo **amar**.

Observemos o **Critério II:**



(1)b) \* (A) Deus é amado por ele.

(2)b) \* (A) todos meus amigos são amados por mim.

O critério da transformação passiva, como foi evidenciado acima, não se aplica. Na verdade, o complemento objetivo ao passar para a posição de sujeito torna a sentença inaceitável. Ao nosso ver, complementos precedidos pela preposição *a* + SN não admitem passivização devido ao fato de não existirem em português sujeitos precedidos de preposição. Observe-se que se fizermos a elipse da preposição nas respostas, os resultados serão melhores:

(i) Deus é amado por ele.

(ii) Todos meus amigos são amados por mim.

### Critério III:

(1)c) Quem ele ama?

- A Deus.

(2)c) Quem amo?

- A todos meus amigos.

O critério III funciona para o verbo em exame. Utilizaremos a forma *quem* para as interrogativas toda vez que os complemen-

tos verbais possuírem o traço [+ animado].

Vejamos agora o Critério IV:

(1)d) A Deus ele ama muito.

(2)d) A todos meus amigos amo.

Como foi demonstrado, três dos quatro critérios que estamos adotando para definir o OD se aplicaram ao verbo *amar*. Vimos que somente o critério da transformação passiva não funcionou. Observamos ainda que o complemento desse verbo aparece quase sempre precedido pela preposição *a* e constitui um dos casos típicos do objeto direto preposicionado no PM. Esse é um dos "verbos que exprimem sentimentos", que, segundo a Gramática Tradicional, admite, como complemento, um objeto direto preposicionado.

De acordo com Francisco Fernandes (1958), o verbo *amar* é "transitivo - *Tomar amor a; sentir ternura por; querer bem a*: 'Oh, dize-me outra vez que *amas* Eurico!' (Herculano, *Eurico*, 277). *Prezar, gostar muito de*: 'Amo muito o povo de Lisboa; tenho lhe feito as mercês que posso: não me há de odiar assim de morte.' (Idem, *Lendas*, I, 81)...; Intransitivo - *Ter amores, estar enamorado*: 'A mulher, quando *ama*, tem heroísmos e abnegações.' (Camilo, *Novelas*, III, 80)." Notamos que Francisco Fernandes não registra o verbo *amar* com complementos precedidos pela preposição *a*.

Conforme pudemos comprovar, dos quatro critérios

utilizados por nós, três funcionaram para o verbo **amar**. Ao nosso ver, ele pode ser analisado como transitivo direto, já que a maioria dos testes se aplicaram.

No presente trabalho só serão analisados como TD os verbos cujos complementos admitirem a maioria dos critérios definitórios do OD em português.

Vejamos agora o verbo **ameaçar**.

(3) Ele enfrenta a "gang" que ameaça a todos.

**Critério I:**

(3)a) Ele enfrenta a gang que os ameaça.

A utilização do critério I parece plausível para o verbo **ameaçar**. Devido à animacidade do complemento, consideramos necessário substituímos o constituinte em análise pela forma pronominal correspondente fazendo a devida concordância.

Observe-se o **Critério II:**

(3)b) \* A todos são ameaçados pela "gang"...

O critério II não funcionou para o verbo em exame.

Vejamos o **Critério III:**

(3)c) Quem a "gang" ameaça?

- A todos.

A exemplo do critério I, o critério III, também apresentou resultado aceitável para o verbo **ameaçar**.

Passemos ao Critério IV, que é o da anteposição:

(3)d) Ele enfrenta a "gang" que a todos ameaça.

Três dos quatro critérios utilizados por nós funcionaram para o verbo **ameaçar**. Somente o critério da transformação passiva<sup>1</sup> não foi admitido na sentença acima.

Para Antenor Nascentes (1967) "o verbo **ameaçar** é biobj.: 'O delegado **ameaçou-o de prisão.**' A base é **ameaça**, que se deriva do lat. *minari*, biobjetivo com objeto direto da coisa e indireto da pessoa, ao contrário do que se dá nas línguas românicas."

A exemplo do verbo **amar**, três critérios se aplicaram ao verbo **ameaçar**, assim sendo, podemos analisá-lo como TD no Português Moderno.

Passemos ao verbo **apoiar**:

---

<sup>1</sup>A transformação passiva apresenta algumas restrições (Cf., por exemplo, Milton do Nascimento [1980]). Apesar de não ser um critério decisivo para a caracterização do OD em português, a voz passiva serve para indicar, com o auxílio de outros critérios, muitas ocorrências do referido complemento no PM.

(4) É como se eu apoiasse a ele.

Critério I:

(4)a) É como se eu o apoiasse.

Vimos que o resultado da utilização do critério I funciona perfeitamente para o verbo mencionado acima.

Vejamos o Critério II:

(4)b) \* É como se a ele fosse apoiado por mim.

O critério da passiva não resultou uma estrutura plausível.

Observemos o Critério III:

(4)c) É como se eu apoiasse quem?

- A ele.

Ao nosso ver, o critério III parece bom, já que (4)c) é aceitável.

Critério IV:

(4)d) É como se a ele eu apoiasse.

Como sucedeu com os verbos *amar* e *ameaçar*, três critérios funcionaram para o verbo *apoiar*. Ele será, portanto, considerado como TD e seu complemento como objeto direto.

Francisco Fernandes (1958) assim o apresenta: "*apoiar* - Transitivo - *dar apoio a; aprovar, aplaudir*: 'O certo é que a opinião pública os *apóia* sempre.' (Rui Q. Império, II, 196). Transitivo-relativo - *Firmar, encostar*: 'Apoiando o corpo sobre o pé direito.' (Aulete) Pronominal - *Firmar-se*: 'Apoiei-me à parede, ao corrimão.' (Stringari). *Basear-se, fundamentar-se*: 'Não creio que nenhuma ação judiciária, entre nós, se *apoiasse* jamais a uma documentação colossal como essa.' (Rui C. Políticas, 293)."

Como vimos, o verbo em exame admitiu a maioria dos critérios definitórios do OD em português, portanto, ele será considerado TD.

### Conhecer

(5) São Paulo não conheceu pessoalmente a Jesus Cristo.

### Critério I:

(5)a) São Paulo não o conheceu pessoalmente.

O critério I não apresenta nenhuma restrição.

Passemos ao Critério II:

(5)b) \* A Jesus Cristo não é conhecido pessoalmente por São Paulo.

Podemos notar que o critério II não culminou numa sentença aceitável para o verbo conhecer.

Vejamos agora os Critérios III e IV:

Critério III:

(5)c) Quem São Paulo não conheceu pessoalmente?  
- A Jesus Cristo.

Critério IV:

(5)d) A Jesus Cristo São Paulo não conheceu pessoalmente.

Como fizemos notar, os critérios I, III e IV funcionaram para o verbo em análise, somente o critério da transformação passiva apresentou restrições. Já que a maioria dos testes resultaram em estruturas plausíveis, analisaremos o verbo conhecer como TD no PM.

Entender

(7) Eu entendia mais a ela do que ela a mim.



**Critério I:**

(7)a) Eu a entendia mais do que ela a mim.

Não vemos restrições quanto à utilização do critério I.

**Vejamos o Critério II:**

(7)b) \* A ela era mais entendido por mim...

O critério II não funciona para a sentença acima.

**Passemos ao Critério III:**

(7)c) Quem eu entendia mais?

- A ela.

**Critério IV:**

(7)d) A ela eu entendia mais do que ela a mim.

Tanto o critério III quanto o critério IV funcionaram para o verbo entender. Vimos, pois, que os resultados da aplicação de três critérios são aceitáveis. Desse modo, ele também pode ser considerado TD.

Analisaremos a seguir o verbo escutar.

(8) No mundo você escuta mais a Milton Nascimento.

**Critério I:**

(8)a) No mundo você o escuta mais.

O resultado da aplicação do critério I parece bom.

**Vejamos o Critério II:**

(8)b) \* A Milton Nascimento é mais escutado por  
(você).

Como podemos notar, o critério da transformação passiva não apresenta resultado aceitável para nenhuma das estruturas analisadas até agora.

**Passemos ao Critério III:**

(8)c) No mundo quem você escuta mais?

- A Milton Nascimento.

**Critério IV:**

(8)d) A Milton Nascimento no mundo você escuta mais.

Os critérios III e IV, aplicados acima, não parecem apresentar restrições para o verbo escutar.

Francisco Fernandes (op.cit.) assim o registra:  
"Transitivo - *Dar atenção a; tornar-se atento para ouvir; perceber, ouvindo: 'Prontos estavam todos escutando o que o*

sublime Gama contaria.' (Camões, *Lusíadas*, III, 3.)  
 Intransitivo - *Prestar atenção para ouvir alguma coisa*: 'O monge vagabundo parou e escutou de novo.' (Herculano, *Lendas*, I, 117.)  
 Pronominal - *Prestar atenção às suas próprias palavras; não seguir senão as suas próprias opiniões, ditames; deixar-se guiar por*: *Escutar-se a si mesmo*. (Morais.)".

O verbo *escutar* também pode ser analisado como TD, pois três testes resultaram em sentenças plausíveis.

#### **Mandar**

(9) Eles mandaram a todos para a rua.

#### **Critério I:**

(9)a) Eles os mandaram para a rua.

O critério I parece se aplicar ao verbo *mandar*.

#### **Observe-se o Critério II:**

(9)b) \* A todos foram mandados para a rua por eles.

O critério II, como foi comprovado acima, não apresenta resultado aceitável para a estrutura em exame.

#### **Passemos ao Critério III:**

- (9)c) Quem eles mandaram para a rua?  
- A todos.

O constituinte em análise pode ser retomado em perguntas pelo quem.

Vejamos o Critério IV:

- (9)d) A todos eles mandaram para a rua.

Como foi evidenciado, o critério IV parece funcionar para estrutura (9)d).

### 2.1.2 - V + a + infinitivo

Examinaremos a seguir o verbo conseguir.

- (6) E conseguimos a vencer e a ganhar.

Critério I:

- (6)a) E o conseguimos.

Vimos que o critério da substituição pronominal não apresenta restrições para o verbo citado acima. Observe-se ainda que o referido verbo tem como complemento uma forma infinitiva e que o pronome o, nesse caso, corresponde à forma neutra

isso.<sup>2</sup>

Vejamos agora o Critério II:

(6)b) \* A vencer e a ganhar foi conseguido por nós.

Novamente o critério da passivização não culminou numa estrutura aceitável. Vejamos os critérios seguintes:

Critério III:

(6)c) O que conseguimos?

- Conseguimos a vencer e a ganhar.

O constituinte em análise, isto é, o complemento do verbo conseguir, pode ser retomado em perguntas pelo *que/quem*.

(6)d) A vencer e a ganhar conseguimos.

O critério IV funcionou perfeitamente para o verbo conseguir.

Francisco Fernandes (op.cit.) registra o verbo conseguir como "Transitivo - *Alcançar, obter*: 'As delícias, que a vista não consegue, consegue a temerária fantasia.' (Bocage, *Obras*, I, 82). *Chegar a; ter como resultado ou conseqüência*: 'Com tantos esforços, conseguiu apenas perder

---

<sup>2</sup>O pronome o (igual a isso será utilizado no presente trabalho para substituir uma oração, que, por sua vez, é parte de um SN complexo.

tempo e dinheiro.' (Séguier)." Conseguir + a + Infinitivo não é registrado por Fernandes.

Vimos que a maioria dos critérios utilizados apresentaram resultados aceitáveis. Como sucedeu com os verbos de 2.1.1 examinados acima, a maioria dos critérios funcionaram para o verbo *conseguir*, portanto o analisaremos como TD. Também *mandar* será considerado TD.

Observe-se que dentre os critérios definitórios do OD em português somente a transformação passiva não apresentou resultado aceitável, para todos os verbos acima. Conforme comprovam nossos dados, todos os verbos em exame seguidos por complementos não-oracionais e oracionais precedidos pela preposição *a* resultaram em sentenças inaceitáveis quando passivizados. Ocorre que, ao serem apassivados, tais complementos passam para a posição de sujeito, estes, portanto, precedidos pela preposição *a* - o que não é aceitável em português.

Para simplificar a análise não apresentaremos a aplicação dos critérios definitórios do OD em português para os demais verbos ligados aos seus complementos pela preposição *a* ocorrentes nos dados do PM, uma vez que ao serem examinados todos eles admitiram três dos quatro critérios adotados por nós.

Como sucedeu com os verbos *amar*, *ameaçar*, *apoiar*, *conhecer*, *conseguir*, *entender*, *escutar* e *mandar*, somente a transformação passiva não culminou em sentenças aceitáveis para as estruturas (10)-(18), que apresentamos a seguir:

- (10) Ficam seis jogadores marcando ao Romário e ao Bebeto.
- (11) E se ela matar a todos.
- (12) Senhores, fiquei observando a tudo isso até agora.
- (13) Eu sempre ouço a você.
- (14) Isso prejudica muito mais a ela do que a nós.
- (15) É hora de presentear a quem amamos.
- (16) É difícil resistir a você.
- (17) Eles salvaram a todos.
- (18) E agora vence ao time do Paraguai.

Como foi demonstrado, todos os verbos analisados nessa seção admitiram três critérios definitórios do OD em português. Conseqüentemente os complementos que os seguem foram caracterizados como objetos diretos preposicionados.

Outros fatores como ambigüidade, comparatividade, animacidade, definitividade, tonicidade podem estar influenciando a ocorrência do ODP nesses tipos de estruturas, como sugerido pelos diversos autores consultados nos capítulos 1 e 2 do presente trabalho. No entanto, não desenvolveremos estes aspectos na análise. Continuaremos a descrever que, como se verá, apresentamos os complementos registrados em nosso "corpus" terem também a estrutura "verbo + preposição + infinitivo" e não apenas "verbo + preposição + SN não-oracional".

Apresentamos na tabela 2 os verbos que ocorreram no "corpus" do PM ligados aos seus complementos pela preposição a.



Tipos de complementos		
Verbos	a + SN não-oracional	a + infinitivo
amar	X	
ameaçar	X	
apoiar	X	
conhecer	X	
conseguir		X
entender	X	
escutar	X	
mandar	X	
marcar	X	
matar	X	
observar	X	
ouvir	X	
prejudicar	X	
presentear	X	
salvar	X	
vencer	X	

TABELA 2

## 2.2 - Análise dos complementos precedidos por *de* no Português Moderno

A partir dos dados que constituem parte do "corpus" básico do nosso trabalho, propomo-nos a averiguar nessa seção se as construções precedidas pela preposição *de*, no Português Moderno (PM), possuem ou não valor de complemento objetivo.

Alguns gramáticos tradicionais, conforme já fizemos observar, admitem a construção do Acusativo Preposicional

precedido da preposição **de**. Entre eles estão: Eduardo C. Pereira, Carlos Góis, Celso Luft e Claudio Brandão. Segundo afirmações desses autores, a preposição **de** nesses casos possui valor partitivo. Além de verificarmos se as estruturas que se seguem podem ser caracterizadas como OD, observaremos também se, tal como argumentam os gramáticos citados acima, a referida preposição que acompanha muitas vezes o complemento de alguns verbos têm realmente valor partitivo. Perseguindo os traços definitórios do objeto direto em português, continuaremos nosso estudo aplicando os mesmos testes utilizados para os complementos precedidos de **a**, objetivando caracterizar os verbos transitivos diretos.

Como já foi dito, nos nossos dados do PM, registramos verbos ligados aos seus complementos através da preposição **de** + forma infinitiva. Na verdade, esse tipo de complemento é formalmente idêntico às construções com verbos auxiliares formando locuções verbais, como já foi mencionado na seção 1 deste capítulo.

Consideramos necessária a aplicação dos testes, pois ao se caracterizarem os verbos transitivos diretos, teremos mais meios para distingui-los dos auxiliares, ou dos transitivos indiretos.

Faremos a seguir a análise dos verbos do "corpus" do Português Moderno ligados pela preposição **de** aos seus complementos. Segundo esse "corpus" os verbos seguintes apresentaram complementos não-oracionais ligados aos verbos, através da preposição **de**: **conhecer, entender, pesquisar,**

provar, usar e trabalhar. Apareceram ligados pela preposição de a formas infinitivas os verbos agüentar, atrapalhar, cismar, dever, evitar, interessar, inventar, resolver e preocupar. Apesar de se ligar diretamente ao infinitivo sem o auxílio de preposição, analisaremos também o verbo prometer, por razões que serão esclarecidas posteriormente.

Examinaremos inicialmente os verbos que apareceram no PM ligados a SNs não-oracionais através da preposição de.

Continuando nosso estudo, seguimos utilizando os mesmos critérios definitórios do OD em português adotados por nós ao longo desse trabalho, a saber, I - Substituição Pronominal, II - Transformação Passiva, III - Retomada do Constituinte pelas formas que/quem e IV - Anteposição.

### 2.2.1 - V + de + SN não-oracional

Vamos começar com o verbo conhecer.

Vejam-se os exemplos:

(19) Conheço das suas qualidades artísticas.

Critério I:

(19)a) (Eu) as conheço.

O resultado da aplicação do critério I é perfeitamente aceitável para o verbo **conhecer**.

**Critério II:**

(19)b) \* **Das suas qualidades artísticas é conhecido por mim.**

O critério II não parece bom.

Vejamos o Critério III:

(19)c) O que conheço?  
- **Conheço das suas qualidades artísticas.**

A exemplo do Critério I, o Critério III também apresenta resultados aceitáveis para o verbo **conhecer**.

Passemos ao Critério IV:

(19)d) **Das suas qualidades artísticas conheço.**

Somente o critério da transformação passiva não culminou numa estrutura plausível para o verbo **conhecer**. Parece-nos que

esse verbo como apresentado em (19) significa 'conhecer profundamente'.

Segundo A. Nascentes (1967), "conhecer é Trans. dir. 'Conheço aquele indivíduo.' Como intransitivo é acompanhado de adjunto adverbial de referência com a preposição de, significa '*tomar conhecimento*': O tribunal conheceu do recurso."

Em nossos dados, o verbo em exame parece ser TD com valor partitivo correspondendo a 'conhecer parte de', mas 'conhecer profundamente'.

### Entender

(20) O governo precisa entender das razões da classe média.

Vejamos os critérios definitórios do OD em português para o verbo entender.

(20)a) O governo precisa entendê-las.

O Critério I, ao nosso ver, funciona para o verbo entender, embora a substituição pronominal pareça melhor para complementos [animados].

Vejamos o Critério II:

(20b) \* Das razões da classe média precisa ser entendido pelo governo.

O Critério II não apresenta resultado plausível. Parece-nos que a preposição de indica, nesse caso, 'um conhecimento profundo'. Além do sentido partitivo implícito.

Critério III:

(20)c) O que o governo precisa entender?  
- Precisa entender das razões da classe média.

O Critério III parece bom, apesar de as perguntas parecerem melhores com a inserção da preposição de.

Critério IV:

(20)d) Das razões da classe média, o governo precisa entender.

O Critério IV funciona perfeitamente para a estrutura (20).

Conforme observa A. Nascentes (op.cit.), "o verbo entender é transitivo direto: 'Entendi o que ele disse.' Transitivo indireto em 'entender do riscado.' Reflexivo biobjetivo no sentido de *estar de acordo, em harmonia, em boa*

*inteligência*: 'Não me entendo com você.'"

Na verdade, o verbo *entender* em nossos dados pode ser analisado como transitivo direto-partitivo, pois a maioria dos critérios examinados funcionaram para as sentenças em análise.

Passemos ao verbo *pesquisar*:

(21) A aeronáutica pesquisa do assunto.

(22) Nós pesquisamos de borboleta.

Critério I:

(22)a) \* A aeronáutica o pesquisa.

(22)a) \* Nós o pesquisamos.

As estruturas acima parecem apresentar restrição quanto à substituição pronominal.

Vejamos o Critério II:

(21)b) \* Do assunto é pesquisado pela aeronáutica.

(22)b) \* De borboleta é pesquisado por nós.

O critério da transformação passiva não funciona para as sentenças em exame.

Observemos então o Critério III:

(21)c) O que a aeronáutica pesquisa?



- Pesquisa do assunto.

(22)c) O que nós pesquisamos?

- Pesquisamos de borboleta.

Ao nosso ver, as duas formas seguintes de perguntas são viáveis: podemos interrogar com (o que) e (de que).

Vejamos agora o Critério IV:

(22)d) Do assunto a aeronáutica pesquisa.

(23)d) De borboleta nós pesquisamos.

Também o critério IV apresenta resultados plausíveis para as sentenças (21) e (22). Temos, pois, dois critérios funcionando para o verbo **pesquisar**. Portanto, não podemos considerar seu complemento como ODP, já que a maioria dos testes não funcionaram.

Francisco Fernandes (op.cit.) assim apresenta a regência do verbo **pesquisar**: "Transitivo - *Fazer pesquisas a respeito de; buscar: 'Pesquisar os réus, os cúmplices'.* (Morais) *Inquirir, indagar: Pesquisando se alguém lhe segue o rasto.*' (Aulete). *Investigar, esquadrihar: 'Pesquisar a vida de alguém'* (Morais) Intransitivo - *Fazer pesquisas: 'Os grumetes e moços que mandava pesquisar, traziam-lhe amostras de canafístula, cana cujo suco é de efeitos purgativos.'* (A. Fortes, *grão Cã*, 241)."

Analisaremos agora o verbo **provar**.

Observem-se os exemplos:

(23) Volta amanhã, prá provar do resto.

(24) Não provamos do bolo.

**Critério I:**

(23)a) Volta amanhã prá prová-lo.

(24)a) Não o provamos.

O critério I parece funcionar para o verbo provar.

**Vejamos agora o Critério II:**

\*(23)b) Volta amanhã prá do resto ser provado por  
você.

\*(24)b) Do bolo não foi provado por nós.

Vemos restrições quanto à utilização do critério II, pois entendemos que estamos nos referindo a uma "parte de" e não ao todo.

**Critério III:**

(23)c) Volta prá provar o que amanhã?

- Provar do resto.

(24)c) O que não provamos?

- Não provamos do bolo.

Apesar de a pergunta parecer melhor com a inserção da preposição *de*, como por exemplo, (*provar de que*) ou (*de que provar*), as estruturas acima possuem valor partitivo, por isso as consideramos aceitáveis.

**Critério IV:**

(23)d) *Do resto, volta amanhã, prá provar.*

(24)d) *Do bolo, não provamos.*

Como fizemos notar, a maioria dos critérios utilizados apresentaram resultados aceitáveis, sendo assim, o verbo *provar* nas sentenças em exame pode ser analisado como TD, com objeto direto preposicionado, apresentando valor partitivo. Nova análise confirma, assim, as colocações de alguns gramáticos tradicionais apresentados no início dessa seção, que analisam esses tipos de complementos preposicionados como "objeto partitivo".

Antenor Nascentes (1967) afirma que "*provar*, do latim *probare*, tinha por sintaxe acusativo: *Probare mucronem* (Petrônio *apud* Saraiva). Trans. ind. com objeto partitivo: '*Prove deste doce.*' No sentido de *dar prova, testemunho da verdade*", biobj.: '*Vou provar a você que tenho razão.*'

Observemos agora o verbo *usar*:

(25) *Use da sua capacidade de pensar.*

(26) *Use de seus direitos trabalhistas.*

**Critério I:**

(25)a) Use-a.

(26)a) Use-os.

O critério I parece bom para o verbo **usar** como apresentado acima.

**Vejamos o Critério II :**

(25)b) \* Da sua capacidade de pensar é usada por você.

(26)b) \* De seus direitos trabalhistas é usada por  
você.

O critério da transformação passiva não parece funcionar, talvez pelo fato de o verbo em exame se encontrar na forma imperativa. Já podemos perceber que esse verbo, a exemplo de verbo **provar**, parece possuir valor partitivo. Mas continuemos com a aplicação dos critérios:

**Critério III:**

(26)c) Use o que?

- Use da sua capacidade de pensar.

(26)) Use o que?

- Use de seus direitos trabalhistas.

O critério apresenta resultado aceitável para as sentenças (25) e (26).

Passemos ao Critério IV:

(25)d) Da sua capacidade de pensar, use.

(26)d) De seus direitos trabalhistas, use.

O critério IV pode ser utilizado para o verbo em análise. Na verdade, como empregado nas estruturas acima, parece fora de dúvida que o verbo *usar* é TD com objeto direto preposicionado de valor partitivo. A ocorrência do partitivo no PM é pouco freqüente. Possivelmente, isso se deve ao fato de esse tipo de complemento ter sido substituído pelo Acusativo Preposicionado. Como se verá, o mesmo não acontecerá no PA. Nesta última modalidade de língua, a ocorrência do partitivo é maior que no PM e a ocorrência de Acusativo Preposicional é bem menor.<sup>3</sup>

Dentre outras regências, Antenor Nascentes (1967) apresenta o verbo *usar* como "trans. dir., no sentido de *trazer habitualmente, fazer uso freqüente*: 'Usa bigode e barba.' (Aulete). No sentido de *servir-se, lançar mão, utilizar-se*, o referido autor o analisa como trans. ind.: 'Homens, meus irmãos, agradecei ao bom Deus do céu a misericórdia de que usou convosco'...(Coelho Neto, O raja do

<sup>3</sup>O partitivo parece substituir o objeto direto preposicionado nas línguas que não adotaram o complemento preposicional. Tanto é que nas línguas românicas somente o francês e o italiano não adotaram o ODP, mas criaram o artigo partitivo.

Pandjab, II, 27)."

**Trabalhar:**

(27) A senhora trabalha de professora?

(28) A gente estuda e tem que trabalhar de qualquer  
serviço.

Vejamos os critérios definitórios do OD para o verbo  
trabalhar:

**Critério I:**

(27)a) \* A senhora o trabalha?

(28)a) \* A gente estuda e tem que o trabalhar.

A utilização do critério I não resulta numa estrutura  
plausível para o verbo trabalhar, como empregado acima.

Passemos ao Critério II:

(27)b) \* De professora é trabalhado pela senhora?

(28)b) \* De qualquer serviço é trabalhado pela gente.

O critério II também não é bom.

**Critério III:**

(27)c) \* O que a senhora trabalha?

- Trabalha de professora.

(28)c) \* O que a gente trabalha?

- Trabalha de qualquer serviço.

Os constituintes interrogados não correspondem às respostas apresentadas. Para as respostas corresponderem às perguntas teríamos de acrescentar a estas a preposição **de**, como por exemplo, "De que a senhora trabalha?" Nesse caso, a inserção da preposição é obrigatória, portanto, o critério III também não funciona para o verbo trabalhar.

Vejamos agora o Critério IV:

(27)d) De professora a senhora trabalha?

(28)d) De qualquer serviço a gente estuda e tem que trabalhar.

O critério IV não parece tão ruim, mas ao nosso ver, ele também é duvidoso. Nenhum dos quatro critérios caracterizadores do OD deram bom resultado quando aplicados ao verbo **trabalhar**. Tudo leva a crer que o referido verbo, como apresentado nas estruturas acima, não é transitivo direto, mas, talvez, intrasitivo com valor circunstancial. Dentre os verbos encontrados no "corpus" do PM, ele foi o único que negou todos os critérios.

Podemos concluir, do que foi exposto acima, o seguinte: dentre os verbos que apresentaram seus complementos ligados a SNs não-oracionais através da preposição **de**, **provar** e **usar** podem ser considerados Transitivos Diretos com objetos



preposicionados de valor partitivo. Os verbos **conhecer** e **entender** também serão considerados transitivos diretos e seus complementos objetos diretos com significado partitivo. Já o verbo **pesquisar** não pode ser considerado TD, uma vez que somente dois dos critérios definitórios do OD resultaram em estruturas plausíveis. Na verdade, a diferença entre regência direta e indireta é muito tênue. O verbo **trabalhar**, no sentido empregado, será considerado intransitivo de valor circunstancial.

#### 2.2.2 - V + de + infinitivo

Examinaremos a seguir os verbos que são ligados a seus complementos através da preposição **de**. Todos eles apresentam este complemento na forma infinitiva. São eles: **agüentar**, **atrapalhar**, **cismar**, **dever**, **evitar**, **interessar**, **inventar**, **resolver** e **preocupar**.

Começamos nossa análise com o verbo **agüentar**.

Vejam-se os exemplos:

(29) Não agüentamos de assistir tanta miséria.

(30) Não agüentamos de ver a menina deitada ali no chão.

**Critério I:**

(29)a) Não o agüentamos,

(30)a) Não o agüentamos,

As sentenças acima nos parecem aceitáveis. O pronome o substitui, nesses casos, os constituintes oracionais [de assistir tanta miséria] e [de ver a menina deitada ali no chão]. (Cf. Nota 2, deste capítulo).

Vejamos o Critério II:

\*(29)b) De assistir tanta miséria não foi agüentado por nós.

\*(30b) De ver a menina deitada ali no chão não foi agüentado por nós.

As sentenças (29)b) e (30)b) não nos parecem aceitáveis. Na verdade, o verbo agüentar significa 'suportar': De assistir tanta miséria não foi suportado por nós; De ver a menina deitada ali no chão não foi suportado por nós.

Critério III:

(29)c) O que não agüentamos?

- Não agüentamos de assistir tanta miséria.

(30)c) O que não agüentamos?

- Não agüentamos de ver a menina deitada ali no chão.

Os constituintes em análise podem ser retomados em perguntas pelo que/quem.

Vejamos agora o critério da anteposição:

(29)d) De assitir tanta miséria, não agüentamos.

(30)d) De ver a menina deitada ali no chão, não agüentamos.

Como foi demonstrado, o verbo **agüentar** admitiu três dos quatro critérios que estamos utilizando para definir o OD. Portanto, devemos considerá-lo TD, assim sendo, o complemento que o segue pode ser analisado como objeto direto preposicionado (ODP).

De acordo com Antenor Nascentes (op.cit.), "agüentar transitivo direto: 'Agüenta a mão!' Também se usa com um 'posvérbio' que traz valor afetivo: '...agüentam com as despesas públicas.' (Machado de Assis, *Crônicas de Lelio*, 308)."

Notamos, no entanto, que o referido autor não registra o verbo **agüentar** ligado ao seu complemento pela preposição **de**.

Vejamos agora o verbo **atrapalhar**:

(31) A angústia às vezes nos atrapalha de viver.

**Critério I:**

(31)a) A angústia às vezes nô-lo atrapalha.

**Critério II:**

\*(32)b) De viver é às vezes atrapalhado pela angústia.

O critério I apresenta resultados aceitáveis, mas o critério II não.

Vejam os critérios III e IV:

**Critério III:**

(31)c) O que a angústia às vezes nos atrapalha?

- Nos atrapalha de viver.

Devemos fazer notar que o complemento do verbo *atrapalhar* admite ser interrogado pela preposição *de*. Ao nosso ver, as duas formas são viáveis, portanto vamos considerar a estrutura acima como aceitável.

**Critério IV:**

(31)d) De viver, a angústia às vezes nos atrapalha.

Ao nosso ver, três dos critérios adotados até aqui funcionam para o verbo *atrapalhar*.

Francisco Fernandes (1958) assim o classifica: "Transitivo - *Perturbar, confundir, embaraçar*: 'O aplauso não atrapalhou o orador'... (M. Assis, *Hist. da meia noite*,

1070). Intransitivo - *Produzir confusão*: 'Mas não atrapalhamos; vamos por partes'. (Castilho, *apud* Aulete).  
 Pronominal - *confundir-se, embaraçar-se*: 'Caía em si, procurava homologar o que dissera, *atrapalhava-se*, confundia-se'. (Júlio Ribeiro, *Carne*, 208)." Francisco Fernandes não registra a forma *agüentar de*.

Segundo os critérios adotados, o verbo arrolado acima pode ser analisado como TD, e, conseqüentemente, o complemento que o segue é um ODP.

Passemos agora ao verbo *cismar*.

(32) Se ele *cismar de ir embora*, ninguém o convence ficar.

(33) Se ela *cismar de sair agora*, o que vamos fazer?

#### Critério I:

(32)a) Se ele o *cismar*, ninguém o convence ficar.

(33)a) Se ela o *cismar*, o que vamos fazer?

#### Critério II:

\*(32)b) De *ir embora*, se é *cismado* por ele, ninguém o convence ficar.

\*(33)b) De *sair agora*, se for *cismado* por ela, o que vamos fazer?

**Critério III:**

(32)c) Se ele cismar o que?

- Se ele cismar de ir embora.

(33)c) Se ela cismar o que?

- Se ela cismar de sair agora.

**Critério IV:**

(32)d) De ir embora, se ele cismar, ninguém o convence ficar.

(33)d) De sair agora, se ela cismar, o que vamos fazer?

Como vimos, o verbo *cismar* admitiu três critérios que caracterizam o OD. Parece então que nas estruturas (32) e (33) ele seleciona complemento direto.

Para Antenor Nascentes, "o verbo *cismar* é transitivo direto: 'No balcão o que cismará sozinha?' (Rabelo Silva, *apud* Aulete). Trans. ind.: 'Vamos frei Vasco, em que cismas?' Alexandre Herculano *apud* Aulete)".

Podemos notar que nenhum dos registros apresentados por Nascentes coincidem com a regência encontrada em nosso "corpus". Ao nosso ver, o significado do verbo em análise parece ser outro, ou seja, 'decidir'. Sendo assim, ele pode ser caracterizado como TD, desde que a substituição pronominal como vimos postulando corresponda à forma neutra disso.

Seguindo essa perspectiva, **cismar** nos dados examinados por nós seleciona como complemento um ODP no PM.

Analisaremos a seguir o verbo **dever**.

(34) Eles deviam de olhar mais para a fome.

(35) Eu deveria de falar a princípio em lexia.

(36) Eu acho que o governo devia de entregar o poder aos jovens.

#### Critério I:

(34)a) \* Eles o deviam.

(35)a) \* Eu o deveria.

(36)a) \* Eu acho que o governo o devia.

O pronome **o** não parece corresponder ao complemento em análise. Ao aplicarmos o critério I, o verbo adquiriu novo matiz semântico ('ter dúvidas') nesse sentido, **dever** parece selecionar um complemento [animado].

#### Passemos ao Critério II:

(34)b) \* De olhar mais para a fome é devido por eles.

(35)b) \* De falar a princípio em lexia seria devido por mim.

(36)b) \* De entregar o poder aos jovens eu acho que seria devido pelo governo.



Também o critério II não funciona para o verbo **dever**, como este se apresenta em (34), (35) e (36). Quando passivizado, **dever** parece ter um significado diferente daquele apresentado nas estruturas ativas. É portanto, um verbo ambíguo já que admite dois significados.

**Critério III:**

(34)c) O que eles deviam?

- Eles deviam de olhar mais para a fome.

(35)c) O que eu deveria?

- Eu deveria de falar a princípio em lexia.

(36)c) O que o governo devia?

- Devia de entregar o poder aos jovens.

Pudemos observar que os SN's das sentenças acima, quando interrogados, levam o verbo a admitir duas interpretações. Uma que corresponde a 'dever alguma coisa a alguém' e outra que significa 'ter obrigação', isto é, 'era de se esperar que'.

**Vejamos o Critério IV:**

(34)d) De olhar mais para a fome eles deviam.

(35)d) De falar a princípio em lexia eu deveria.

(36)d) De entregar o poder aos jovens eu acho que o governo devia.

O verbo *dever* admitiu dois dos critérios utilizados até aqui. Assim sendo, não o consideraremos TD. Nas sentenças acima, o verbo em análise parece funcionar como auxiliar formando locução verbal.

Para Nascentes (op.cit.) "*dever*, do latim *debere*, tinha por sintaxe acusativo e dativo: '*Debere pecuniam alicui*' (Cícero, apud Saraiva). V. Madvig, *Gram. lat.*, parágrafo 242. Biobj.: '*Não dever nada a ninguém*' (Aulete). Aparece em locuções verbais, ora desacompanhado, ora acompanhado da preposição *de*. Essa dupla sintaxe, diz João Ribeiro, *Autores contemporâneos*, 174, é comum ao português e ao castelhano, e a regra em ambas as línguas assentada é de que a preposição indica a probabilidade do fato expresso pelo verbo, assim sendo, "*devia de ir*" equivale a "era de esperar que fosse - ou - era provável ir. Diferentemente, a frase "*devia ir - devia morrer*" - indica certa precisão de resultado que se não realiza na primeira. "*Deve de haver festas*", isto é, "*espera-se que haja festa*". Bellegarde, *Vocábulos e locuções da língua portuguesa*, 6-7, é da mesma opinião. Essa distinção existia de fato nos clássicos: "*Aquelas invenções... já devem de fazer as duras provas...* (Lusíadas, VII, 12,3). Encontra-se ainda em escritores arcaizantes:... "*é claro que não deviam de avultar muito*". (D. Silvério Gomes Pimenta, *Vila de D. Viçoso*, 130). Segundo A. Nascentes, hoje em dia ela desapareceu, por assim dizer. Nabuco de Araújo, por exemplo, empregou a preposição em caso em que *dever* indica obrigação e não probabilidade. "Quando o

legislador trata de anular uma lei que tem criado interesse no país deve de providenciar sobre esses interesses..." (Joaquim Nabuco, *Um estadista do império*, I, 47). José Lins do Rego não usou a preposição num caso de probabilidade: "Por fim, viu-os sumirem na estrada. Já deviam andar longe" (*Riacho Doce*, 27). Para Nascentes, a preposição teria vindo por analogia com *haver de*. Em espanhol, *deber de* significa suspeita, dúvida, presunção. Não se usando nesse sentido, é viciosa sua interposição (*Gramática de la lengua española*, n.95).

Como se vê, do ponto de vista semântico, é controlada a análise do verbo *dever* ligado à preposição *de*. Em nossos dados é freqüente a ocorrência dessa construção. Nos exemplos (34), (35) e (36) o verbo *dever* aparece no tempo passado e os complementos que o seguem são constituídos por *de + infinitivo*. Semanticamente, nos casos citados acima, o verbo em exame parece indicar 'uma obrigação, um dever, ou uma ação que precisa ser concretizada'. Do ponto de vista sintático, parece fora de dúvida que *dever* não é TD, mas parece um verbo auxiliar modal. Como se verá, essa análise coincidirá com a do Português Arcaico.

Passemos agora ao verbo *evitar*.

Observem-se os exemplos:

(37) Eu estou evitando *de* ir lá.

(38) Nós evitamos *de* subir escadas.

**Critério I:**

(37)a) Eu o estou evitando.

(38)a) Nós o evitamos.

Não parece haver restrições quanto à substituição pronominal.

**Vejamos o Critério II:**

\*(37)b) De ir lá está sendo evitado por mim.

\*(38)b) De subir escadas é evitado por nós.

O Critério II quando utilizado não apresenta resultado acessível para o verbo evitar.

**Passemos ao Critério III:**

(37)c) O que estou evitando?

- Estou evitando de ir lá.

(38)c) O que evitamos?

- Evitamos de subir escadas.

O critério III funciona perfeitamente para as estruturas acima.

**Vejamos o Critério IV:**

(37)d) De ir lá estou evitando.

(38)d) De subir escadas nós evitamos.

De acordo com os critérios definitórios do OD o verbo *evitar* é TD e seleciona um complemento preposicionado que pode ser caracterizado como ODP em PM.

Francisco Fernandes assim o registra: "Transitivo - *Evadir, desviar-se de, fugir a*: 'Adivinhar perigos e evitá-los' (Camões, *Lusíadas*, VIII, 89). 'O incêndio lavra por todas as classes, todos o evitam, e raros ousarão arrostá-lo.' (Rui, *C. Inglaterra*, 150). *Esquivar-se ao encontro, ao trato ou convivência de*: 'Tomássia evitava-o.' (Camilo, apud Aulete). *Impedir*: 'Evitar um crime.' *Poupar*: 'Evitar despesas, trabalhos, passadas.' (Aulete). Transitivo-relativo - *Privar*: 'Evitar alguém dos ofícios divinos.' (Morais) *Escusar, atalhar, poupar*: 'Evitar-lhe despesas, custas, trabalhos, passos.' *Evitar de não* é registrado pelo referido autor.

Analisaremos a seguir o verbo *interessar*:

(39) Ele não interessa de vir aqui.

(40) Ela nunca interessou de fazer nada por ele.

**Critério I - Substituição pronominal:**

(39)a) \* Ele não o interessa.

(40)a) \* Ela nunca o interessou.

A substituição pronominal não parece fornecer um resultado que corresponda ao constituinte em exame. Ao nosso ver, o pronome o substituiria aqui um complemento [+animado].

Vejamos o Critério II - Transformação Passiva:

(39)b) \* De vir aqui não é linteressado por ele.

(40)b) \* De fazer nada por ele não é interessado por  
ela.

O critério II também não apresenta resultados plausíveis para as sentenças acima.

Observemos o Critério III:

(39)c) O que ele não interessa?

- Não interessa de vir aqui.

(40)c) O que ela nunca interessou?

- Nunca interessou de fazer nada por ele.

O critério III funciona para as estruturas (39) e (40).

Vejamos o Critério IV:

(39)d) De vir aqui, ele não interessa.

(40)d) De fazer nada por ele, ela nunca interessou.

Também o critério IV parece bom para o verbo interessar. Como demonstramos, somente dois critérios caracterizadores do OD tiveram resultados aceitáveis. Assim, tal verbo não pode ser analisado como TD.

Antenor Nascentes classifica o verbo "interessar como

transitivo direto no sentido de *dar parte num negócio*, ofender um órgão: 'O vendeiro interessou o primeiro caixeiro no negócio.' 'O golpe interessou o pulmão.' Trans. ind., no de *ser útil*: 'Isto interessa a todos.'"

Segundo nossos dados, o verbo em exame parece significar 'provocar ou causar interesse', podendo ser analisado como TI. .

Observemos agora o verbo Inventar:

(41) Inventamos de fazer uma redação coletiva.

(42) Um parente do meu marido inventou de escrever um livro.

Vejamos a aplicação dos critérios:

Critério I:

(41)a) Nós o inventamos.

(42)a) Um parente do meu marido o inventou.

O critério I parece funcionar para as estruturas acima. Na verdade, o pronome que substitui o constituinte em exame, como já dissemos, deve ter como parâmetro a forma neutra disso. Com a substituição pronominal, o verbo inventar parece significar 'criar', no entanto, ele pode recuperar também o sentido dos constituintes em análise nas sentenças (41) e (42).



**Critério II:**

(41)b) De fazer uma redação coletiva foi inventado por nós.

(42)b) De escrever um livro foi inventado por um parente do meu marido.

A passiva parece um pouco estranha, portanto, não vamos considerar (41)b) e (42)b) como aceitáveis.

**Critério III:**

(41)c) O que inventamos?

- Inventamos de fazer uma redação coletiva.

(42)c) O que um parente do meu marido inventou?

- Inventou de escrever um livro.

O critério III se aplica perfeitamente ao verbo inventar.

Observemos o Critério IV:

(41)d) De fazer uma redação coletiva, inventamos.

(42)d) De escrever um livro, um parente do meu marido inventou.

O critério IV funciona para as estruturas em análise, portanto, tendo os três critérios utilizados produzido resultados aceitáveis, este pode ser analisado com TD, e, seus complementos, nos exemplos em análise, objetos diretos

preposicionados.

Francisco Fernandes registra inventar como "transitivo" - *Ser o primeiro a ter a idéia de; imaginar, criar no pensamento ou na fantasia: 'Sabia a preceito a sua arte, e estava inventando pastilhas para as moléstias incuráveis.'* (Camilo, *Novelas*, II, 56.) *Excogitar, idear: 'Inventará traições e vãos venenos.'* (Camões, *Lusíadas*, VIII, 17.) *Armar, levantar, espalhar ou contar falsamente: 'Inventar escândalos. Inventar calúnias (Aulete) Descobrir, achar: 'Anjos chamam os senhores poetas a todas as mulheres; o meu amigo me dirá depois que nome a estafada musa há de inventar para a minha Isaura.'* (Camilo, *Vingança*, 191)." Não documenta inventar de, no entanto.

Vamos agora examinar o verbo resolver.

Observem-se os exemplos:

(43) Se ela resolver de voltar, eu te aviso antes.

(44) Se ele resolver de sair, telefona mais tarde.

**Critério I:**

(43)a) Se ela o resolver, eu te aviso antes.

(44)a) Se ele o resolver, telefona mais tarde.

Ao nosso ver, as estruturas acima não apresentam restrições quanto à substituição por uma forma pronominal.

**Passemos ao Critério II:**

\*(43b) De voltar será resolvido por ela.

\*(44b) De sair será resolvido por ele.

O critério II não parece bom para se sentenças em exame.

Vejamos então o Critério III:

(43)c) Se ela resolver o que?

- Se ela resolver de voltar.

(44)c) Se ele resolver o que?

- Se ele resolver de sair.

A utilização do critério III apresenta resultado aceitável.

Vamos ver agora o Critério IV:

(43) De voltar, eu te aviso antes se ela resolver.

(44) De sair, telefona mais tarde se ele resolver.

Três critérios caracterizadores do OD empregados aqui se aplicam ao verbo resolver com resultados aceitáveis e este será analisado como TD em (43) e (44), e seus complementos como ODP.

Antenor Nascentes assim analisa resolver - "V. O latim *resolvere* tinha por sintaxe acusativo: *resolvere nodum* (Celso, *apud* Saraiva). Trans. dir.: 'Resolva este problema.' Reflexivo, no sentido de "*determinar-se*", biobjetivo: 'E como a Albertina não se resolvesse a aparecer...' (Julia Lopes de

Almeida, *Ansia Eterna*, 72)." Resolver de não é registrado por Antenor Nascentes.

**Preocupar:**

(45) Nunca preocupamos de fazer tal pergunta.

**Critério I:**

(45)a) Nunca o preocupamos.

O critério I não parece bom.

Vejamos o **Critério II:**

(45)b) \* De fazer tal pergunta nunca foi preocupado por nós.

A estrutura acima parece apresentar restrições ao uso da forma passiva.

**Critério III:**

(45)c) O que nunca preocupamos?

- Nunca preocupamos de fazer tal pergunta.

O critério III resulta uma estrutura plausível para o verbo em exame. Embora a forma interrogativa pareça melhor com a inserção da preposição de.

**Critério IV:**

(45)d) De fazer tal pergunta, nunca preocupamos.

Dois critérios funcionaram para o verbo **preocupar**, portanto a maioria dos testes não se aplicaram e ele, logo não podemos analisá-lo como TD e seu complemento em (45) não pode ser considerado ODP no PM.

Vejam os a regência do verbo **preocupar** citada por Nascentes: "V. trans. dir.: '...as inquietações do ciúme o **preocuparam** ... (Camilo apud Aulete). Reflexivo biobj.: 'Ele vivia **preocupado** com a saúde frágil do gado holandês...' (Rodrigo de Andrade, *Velórios*, 140)." O referido autor não registra **preocupar de**.

Ocorreu também em nossos dados o verbo **prometer**. Entretanto, ele apareceu ligado diretamente à forma infinitiva sem auxílio de preposição. Não consideramos necessária portanto, a aplicação dos testes que vimos utilizando para o mesmo, uma vez que nosso objetivo principal com a aplicação desses critérios é identificar o tipo de complemento preposicionado que seguem aos verbos.

Observem-se os exemplos:

(46) Ela prometeu trazer as fotos hoje.

(47) Nós prometemos chegar cedo em casa.

Francisco Fernandes (op.cit.) classifica o verbo **prometer** como Transitivo - "*Obrigar-se verbalmente ou por escrito a* (fazer ou dar alguma coisa) 'Prometeram convocar logo o conselho.' (R. Silva apud Aulete)...; Transitivo - relativo - *Obrigar-se a; dar a palavra de* (fazer ou dar alguma coisa): 'Prometi-lhe que faria tudo por servi-lo.' (Morais)...; Intransitivo - *Fazer promessas* 'Mau é nós prometermos; que faltar-vos, nenhum de nós vos falta.' (Castilho, apud Aulete)...; Pronominal - *Esperar; ter grande esperança de obter*: 'Devia eu dele prometer-me nota ótima' (Rui Réplica, n. 68)...; Relativo - *Prometer de, o mesmo que prometer*: 'Não só prometeu de receber a Fé do verdadeiro Deus,'... (Vieira, Sermões, III, 121).

Como vimos, Francisco Fernandes cita a regência **prometer de** nos Sermões de Veira. Como se verá na seção 3.2.1, esse tipo de construção ocorreu também com grande frequência em nosso dados do PA.

Dentre os verbos analisados nesta seção ligados à forma infinitiva pela preposição **de**, **agüentar**, **atrapalhar**, **cismar**, **evitar**, **inventar** e **resolver** admitiram - com resultados aceitáveis - a maioria dos critérios definitórios do OD em português. Como vimos, apenas a utilização da transformação passiva não resultou em estruturas plausíveis, no entanto, como fizemos notar, a maioria dos critérios quando aplicados, resultaram em sentenças aceitáveis. Desse modo, podemos classificá-los como transitivos diretos, sendo seus complementos ODP.

O verbo *dever*, como já foi dito, apresenta valor modal e pode ser analisado na LOC como um verbo "auxiliar modal", que nessa modalidade de língua parece formar LV. Quanto aos verbos *interessar* e *preocupar* parece fora de dúvida que são TI. Já *prometer*, como apresentado nas estruturas de (46) e (47), possui regência TD selecionando OD. Apesar de termos centrado nossa análise em complementos ligados ao infinitivo através da preposição *de*, consideramos necessário apresentar a regência do verbo *prometer*, ligado diretamente à forma infinitiva, devido ao fato de no PA ele um complemento preposicionado igual ao que estamos examinando, isto é, *prometer + de + infinitivo*.

Resumindo, na tabela 3, os verbos que ocorreram no "corpus" do PM ligados aos seus complementos através da preposição *de*.



Verbos	Tipos de Complementos	
	De + infinitivo	De + SN não-oracional
agüentar	X	
atrapalhar	X	
cismar	X	
conhecer		X
dever	X	
entender		X
evitar	X	
interessar	X	
inventar	X	
pesquisar		X
preocupar	X	
provar		X
resolver	X	
usar		X
trabalhar		X

TABELA 3

Apresentamos na tabela os verbos examinados no "corpus" do PM.

Verbo	Preposição	Tipo de Complemento	Classificação	ODP
amar	a	SN	TD	X
ameaçar	a	SN	TD	X
agüentar	de	Infinitivo	TD	X
apoiar	a	SN	TD	X
atrapalhar	de	Infinitivo	TD	X
cismar	de	Infinitivo	TD	X
conhecer	de	SN	TD	X
conseguir	a	Infinitivo	TD	X
dever	de	Infinitivo	Aux.	-
entender(1)	a	SN	TD	X
entender(2)	de	SN	TD	X
escutar	a	SN	TD	X
evitar	de	Infinitivo	TD	X
interessar	de	Infinitivo	TI	-
inventar	de	Infinitivo	TD	X
mandar	a	SN	TD	X
marcar	a	SN	TD	X
matar	a	SN	TD	X
observar	a	SN	TD	X
ouvir	a	SN	TD	X
pesquisar	de	SN	TI	-
prejudicar	a	SN	TD	X
preocupar	de	Infinitivo	TI	-
presentear	a	SN	TD	X
promoter	-	Infinitivo	TD	-
resolver	de	Infinitivo	TD	X
salvar	a	SN	TD	X
trabalhar	de	SN	Int.	-
provar	de	SN	TD	X
usar	de	SN	TD	X
vencer	a	SN	TD	X

TABELA 4

Apresentamos, na tabela 5, todos os verbos examinados na seção 3.1, cujos complementos foram analisados como ODP.

Verbos TD	Preposição	ODP
amar	a	X
ameaçar	a	X
agüentar	de	X
apoiar	a	X
atrapalhar	de	X
cismar	de	X
conhecer	de	X
conseguir	a	X
entender	a/de	X
escutar	a	X
evitar	de	X
inventar	de	X
mandar	a	X
marcar	a	X
matar	a	X
observar	a	X
ouvir	a	X
prejudicar	a	X
presentear	a	X
provar	de	X
resolver	de	X
salvar	a	X
usar	de	X
vencer	a	X

TABELA 5

### 3 - PORTUGUÊS ANTIGO

Propomo-nos a examinar na seção que se segue complementos ligados aos verbos através da preposição *a* e da preposição *de* no Português Antigo.

#### 3.1 - Análise dos complementos precedidos por *a* no Português Antigo

No "corpus" do PA analisado, os seguintes verbos apareceram ligados aos seus complementos através da preposição *a*: *começar*, *conhecer*, *ir*, *mandar*, *satisfazer* e *vir*. *Mandar* e *satisfazer* são seguidos de SN; *começar*, *conhecer*, *ir* e *vir*, de infinitivo. Começaremos nosso estudo com o verbo *mandar*.

##### 3.1.1. - V + *a* + SN não-oracional

Começaremos com os verbos seguidos de SN. Analisaremos inicialmente o verbo *mandar*. Vamos verificar se as estruturas do PA com o referido verbo possuem (ou não) traços caracterizadores do OD, conforme os critérios utilizados nas seções anteriores.

Observem-se os exemplos:

- (48) "...E mando *a meus vassallos* que me vão soterrar a Santa Maria de Bragaa..." (J.J. Nunes, *Crestomatia Arcaica*, pág. 30)

- (49) "...O bispo da cidade disse e mandou ao santo bispo Nono que preguasse..." (Idem, Ibidem, pág. 92)
- (50) "...E mândou a tres escudeiros seus que a fossem buscar e lhe troxesse a carne..." (J.J.Nunes, *Crestomatia Arcaica*, pág. 160)
- (51) "...E mandou aos fidallgos que rremassem em lugar dos galliotes:..." (Silveira Bueno, *Antologia Arcaica*, pág. 58)

Vamos verificar agora se as estruturas do PA em que figura o verbo mandar possuem traços que as caracterizem como Objeto Direto (OD) em português:

- (48)a) ...E mando-os<sup>4</sup> que me vão soterrar a Santa Maria de Braga...
- (49)a) O bispo da cidade disse e mandou-o que pregasse...
- (50)a) E mandou-os que fossem buscá-la...
- (51)a) E mandou-os que remassem em lugar dos galiotes...

Como pudemos observar, segundo o critério I o complemento do verbo mandar pode ser substituído por uma forma pronominal. Vejamos então se tais estruturas podem ser apassivadas:

---

<sup>4</sup>As estruturas do PA analisadas por nós serão parafraseadas tendo como parâmetro o PM.

- (48)b) A meus vassallos que me vão soterrar a santa Maria de Braga é mandado por mim...
- (49)b) Ao santo bispo Nono que pregasse foi mandado por ele...
- (50)b) A três escudeiros seus que a fossem buscar foi mandado por ele...
- (51)b) Aos fidalgos que remassem em lugar dos galiotes foi mandado por ele...

Ao nosso ver, as sentenças acima são duvidosas, parece haver restrição quanto à transformação passiva, talvez pelo fato de as mesmas possuírem sentido causativo, a passiva não tenha ficado tão ruim. Não vamos considerá-las aceitáveis. Vejamos agora se é possível interrogarmos os constituintes em exame usando as formas que/(o que/quem):

- (48)c) Quem mando?  
- A meus vassallos...
- (49)c) Quem o bispo da cidade mandou que pregasse?  
- Ao santo bispo Nono...
- (50)c) Quem ele mandou que a fossem buscar?  
- A três escudeiros seus...
- (51)c) Quem ele mandou que remassem?  
- Aos fidalgos...

#### Critério IV:

- (48)d) A meus vassallos que me vão soterrar a Santa

Maria de Braga mando...

(49)d) O Bispo da cidade disse ao Santo Bispo Nono mandou que pregasse...

(50)d) A três escudeiros seus mandou que a fossem buscar...

(51)d) Aos fidalgos mandou que remassem em lugar dos galiotes...

Os critérios III e IV funcionaram para o verbo em análise. Podemos dizer, pois, que três critérios resultaram em estruturas aceitáveis com o verbo mandar. Vimos que o referido verbo possui dois complementos: um SN precedido pela preposição a e uma oração introduzida por que. Notamos ainda que, em todas as frases, o verbo seleciona em primeiro lugar um complemento com o traço [+animado] e em seguida, um complemento oracional. Em ambos os casos, tais complementos podem ser analisados como OD. O primeiro complemento aparece seguido pela preposição a, sendo assim, tudo leva a crer que ele pode ser analisado como ODP.<sup>5</sup>

Segundo Adriano Kury, o verbo mandar é um "auxiliar causativo". Said Ali (apud Pontes 1973) classifica o verbo mandar nas Dificuldades da Língua Portuguesa como "auxiliar

---

<sup>5</sup>Sabemos que um ponto crucial em análises de textos antigos é sermos influenciados pela nossa intuição de falantes/leitores do PM. No entanto, a leitura exaustiva de textos do PA permitiu-nos, até certo ponto, aprimorar a nossa percepção no sentido de procurar observar aspectos semânticos e sintáticos das estruturas em análise e a pragmática textual de tais estruturas segundo a temática da época.



causativo" por influência de outras línguas. Já na Gramática Histórica, seguindo critério sintático, classifica-o como transitivo e acrescenta: "Às combinações verbais constituídas com mandar, deixar, fazer e infinitivo impessoal, pode-se juntar um termo que exerça a dupla função de objeto do verbo regente e sujeito do verbo regido. Segundo Pontes, o mesmo acontece com Bechara, que segue o ensinamento de Said Ali, tratando estes verbos como auxiliares causativos, mas declara: "com os auxiliares causativos (deixar, mandar, fazer e sinônimos) e sensitivos (ver, ouvir, olhar, sentir e sinônimos) seguidos de infinitivo, constroem-se orações substantivas reduzidas que normalmente exercem a função de sujeito ou objeto direto".

Passamos agora ao verbo satisfazer.

Observe-se a estrutura que se segue:

- (52) "...Nom satisfazia(m) a seu deseio os priuilledios e liberdades que lhe dados tinha,..."  
(Fernão Lopes, Cronica d'ELRei Dom Johan, pág. 9)

Vamos ver se os quatro critérios que estamos usando para caracterizar o OD em português se aplicam à estrutura acima:

Critério I - substituição por uma forma pronominal:

- (52)a) Não o satisfaziam os privilégios e liberdades...

Como vimos, o critério I parece funcionar para a sentença (52)a). Vejamos o Critério II - transformação passiva:

(5)b) \* A seu desejo não era satisfeito pelos privilégios e liberdades...

O teste não resultou numa sentença possível.

Passemos ao Critério III - Que/quem:

(52)c) O que os privilégios e liberdades não satisfaziam?

- A seu desejo...

O critério III parece resultar em uma estrutura plausível.

Observemos o Critério IV:

(52)d) A seu desejo não satisfaziam os privilégios e liberdades...

Também o critério IV pode ser utilizado para a sentença em exame: a seu desejo pode ser anteposto. Somente o critério da transformação passiva não funcionou para o verbo satisfazer. Entendemos que o complemento a seu desejo, como mencionado em (52) constitui um dos casos típicos de ODP na língua, em análise. Como vimos, três critérios deram bons resultados, portanto, satisfazer será caracterizado com TD em seu

complemento ODP.

### 3.1.2 - V + a + infinitivo

Observemos agora o verbo **começar**, que vem seguido de infinitivo.

(53) "...Então começarão a tirar per seus cabelos e per sas baruas..." (J.J. Nunes, *Crestomacia Arcaica*, pág. 80).

(54) "...E logo Theofilo começou a braadar..." (idem, *ibidem*, pág. 84).

As orações (53) e (54) revelam-nos o emprego do verbo **começar** ligado à preposição **a** seguido de infinitivo.

Eunice Pontes (1973) analisa o verbo **começar** + **a** + infinitivo no PM como transitivo, quando o sujeito é animado e, como intransitivo, se o sujeito é abstrato. A autora afirma que o verbo **começar** tem o mesmo significado como transitivo ou intransitivo, não considera que o mesmo tenha duas entradas léxicas diferentes, conforme seja transitivo ou intransitivo.

Aplicando os testes, teremos:

(53)a) \* Então o começaram...

(54)a) \* E logo Theofilo o começou...

Como se pôde notar, as sentenças (53) e (54) não admitiram o critério I.

Vejamos então o Critério II:

(53)b) \* A tirar por seus cabelos foi começado.

(54)b) \* A bradar foi começado por Theofilo...

Também o critério II apresenta resultados plausíveis para as estruturas acima.

Observemos o Critério III:

(53)c) O que então começaram?

- Começaram a tirar por seus cabelos...

(54)c) O que Theofilo logo começou?

- Começou a bradar...

A aplicação do Critério III resulta em sentenças aceitáveis.

Vejamos o critério IV, que é o da Anteposição:

(53)d) A tirar por seus cabelos começaram...

(54)d) A bradar Theofilo logo começou...

Como pudemos verificar, o verbo começar admitiu somente dois critérios que caracterizam o OD em português. Portanto, não o analisaremos como TD. Vale lembrar que só serão analisados como TDs os verbos cujos complementos admitirem a maioria dos

critérios definitórios do OD em português.

A respeito do verbo **começar**, no PM, diz Francisco Fernandes (1958) que "quando o complemento do verbo **começar** é um verbo no infinitivo, usa-se a preposição **a** ou a preposição **de**: 'A dor **começava a** causar-me uma espécie de prazer'. (Herculano, Monge, I, 24), 'Começaram **de** subir pela rua do Carmo'. (Machado de Assis, Esaú, I), 'Recurso sem longa eficácia, que talvez **começava de** oprimi-la'. (Idem, Brás Cubas, 252)". Como se pôde notar, o autor atesta a variação da preposição com complementos infinitivos.

Comparando os comentários de F. Fernandes sobre o PM com os dados aqui analisados do PA, observa-se que: a) o verbo **começar** parecia ser usado com a preposição **a** e com a preposição **de** no PA, sem mudança profunda de significado; **começar a** e **começar de** eram ambas formas possíveis do PA.

De acordo com nossos dados, **começar de** apresentou maior freqüência de ocorrência. No Português Contemporâneo é o contrário, a forma **começar de** não é registrada e a forma que apresenta maior freqüência de ocorrência é **começar a**.

Do exposto, pudemos observar que somente os Critérios I e II culminaram em sentenças aceitáveis quando aplicados ao verbo **começar**. Assim não classificaremos seus complementos como OD, já que estamos admitindo que para ser OD a maioria dos critérios têm de resultar em estruturas plausíveis. Conforme fizemos notar através dos dados aqui examinados, podemos dizer que o verbo **começar** no PA formava uma locução verbal. No Português Contemporâneo, o referido verbo, segundo

alguns autores consultados, aparece ligado somente à preposição *a*, mas continua a formar locução verbal.

Analisaremos a seguir o verbo *conhecer*.

(55) "...Quando *conoceu*<sup>6</sup> *a amar* amou seu irmão pela beldade..." (Leite de Vasconcellos, pág. 135).

Critério I:

(55)a) Quando o *conheceu*...

A substituição pronominal nos parece aceitável.

Vejamos o Critério II:

\* (55)b) Quando *a amar* foi conhecido por ela...

O critério II não parece funcionar para o verbo *conhecer*.

Observemos o Critério III:

(8)c) O que *conheceu*?

- *Conheceu a amar*.

A exemplo do primeiro teste, o critério III não apresenta restrições.

---

<sup>6</sup>O verbo *conhecer* como apresentado na estrutura (55) do PA, de acordo com o contexto, parece poder ser parafraseado com o verbo *começar*.



Passemos ao Critério IV:

(55)d) A amar, quando conheceu...

Ao nosso ver, três critérios definitórios do OD funcionaram para caracterizar o verbo **conhecer** como TD no Português Arcaico. Podemos dizer, pois, que o complemento que o segue é um ODP nessa modalidade de língua.

Observemos agora o verbo **ir**:

(56) "...Quando el rei dom Fernando foi a **danar** os logares..." (Leite de Vasconcellos, pág. 121)

**Critério I:**

(56)a) \* Quando o rei dom Fernando o foi...

O critério I não parece bom. Observemos o Critério II:

(56)b) \* A **danar** os logares foi ido pelo rei dom Fernando...

Também o critério II não funciona para o verbo em exame.

Vejamos agora o Critério III:

(56)c) O rei dom Fernando foi o que?



- Foi a danar os lugares.

O critério III parece apresentar resultado aceitável para o verbo ir.

Passemos ao Critério IV:

(56)d) \* A danar os lugares quando o rei dom Fernando foi...

O critério IV não se aplica ao verbo ir. Podemos notar que somente um critério caracterizador do OD se aplicou ao verbo mencionado acima. Sendo assim, o complemento preposicionado que o segue não é ODP. Na estrutura em análise, o verbo ir parece ser auxiliar, formando LV.

Observemos a seguir o verbo vir:

(57) "...Outra vez viesse a comer com elle e nom ouesse medo..." (J.J. Nunes, *Crestomatia arcaica*, pág. 75).

Critério I:

(57)a) \* Outra vez viesse-o com ele...

O resultado da aplicação do critério I não parece bom.

Vejamos o Critério II:

(57)b) \* A comer com ele fosse vindo outra vez...

Como constatamos, o critério II também apresenta resultado plausível.

Passemos ao critério III:

(57)c) Outra vez viesse o que?

- Viesse a comer com ele...

Ao nosso ver, (57)c) parece melhor que os demais.

Vejamos o Critério IV:

(57)d) A comer com ele, outra vez viesse...

O critério IV também parece bom. Assim sendo, vimos que dois dos quatro critérios adotados funcionaram para o verbo *vir*. Ele não será, portanto, considerado transitivo direto.

Do que foi exposto nessa seção, podemos concluir que os complementos não-oracionais do verbo *satisfazer* e do verbo *conhecer* podem ser analisados como ODP no PA. Os complementos dos verbos *ir* e *vir*, como foi evidenciado em (56) e (57) não parecem funcionar como ODP no PA, mas possivelmente como auxiliares em uma locução verbal.

Resumimos os resultados na tabela 6

Verbos	Preposição	Complemento infinitivo	SN	TD
Começar	a	x	-	-
Conhecer	a	x	-	-
Ir	a	x	-	-
Mandar	a	-	x	x
Satisfazer	a	-	x	x
Vir	a	x	-	-

TABELA 6

### 3.2 - Análise dos complementos precedidos por de no PA

#### 3.2.1 - Verbo + de + Infinitivo

Objetivando caracterizar o objeto direto preposicionado, continuamos nosso estudo utilizando os mesmos critérios definitórios desse tipo de complemento da seção anterior.

De acordo com o "corpus" pesquisado, apareceram ligados aos seus complementos, através da preposição de, os seguintes verbos: começar, costumar, desejar, dever, entender, ousar, prometer, temer, ferir, pedir, usar e trabalhar. Estes verbos estão citados segundo a ordem de análise.

Como fizemos na seção anterior, com verbos ligados aos seus complementos pela preposição a, vamos verificar se os verbos que se seguem - ligados aos seus complementos através da preposição de - possuem, ou não, traços que os caracterizem com transitivos diretos. É importante ressaltar

que, com exceção do verbo **trabalhar**, todos os verbos que se ligam aos seus complementos através da preposição **de** são seguidos de uma forma infinita, como se poderá observar nos exemplos que se seguem:

- (58) "...supitamente começaram de ouvir trovões..."  
(Silveira Bueno, *Antologia Arcaica*, pág. 80).
- (59) "...Ali começarõ de fugir..." (J.J.Nunes, *Crestomatia Arcaica*, pág. 52).
- (60) "...desque começou de reynar ataa o acabamento de sseus bemaenturados dyas..." (Fernão Lopes, *Cronica d'ElRei dom Johan*, Prologo, pág.01)
- (61) "...ergeo as mãaos ao ceo e começou de chorar..." (J.J. Nunes, *Crestomatica Arcaica*, pág. 62)

Iniciaremos nossa análise com o verbo **começar**. A primeira coisa a observar é se o seu complemento pode ser substituído por uma forma pronominal que, no caso, é o pronome neutro **o**.

- (58)a) \* Subitamente o começaram...
- (59)a) \* Ali o começaram...
- (60)a) \* Desde que o começou...
- (61)a) \* Ergueu as mãos ao céu e o começou.

As sentenças acima não parecem ser gramaticais, há restrições quanto à substituição pronominal. Vejamos agora se tais estruturas podem ser apassivadas:

(58)b) \* De ouvir trovões subitamente foi começado...

(59)b) \* De fugir foi começado...

(60)b) De reinar até o acabamento de seus bem  
aventurados dias foi começado...

(61)b) \* De chorar foi começado.

As sentenças em análise não são bem formadas, isto é, não admitem a transformação passiva.

Vejamos se é possível interrogarmos os constituintes em exame através de *que/(o que/quem)*:

(58)c) O que começaram?

- Começaram de ouvir trovões.

(59)c) O que começaram?

- Começaram de fugir...

(60)c) O que começou?

- Começou de reinar...

(61)c) O que começou?

- Começou de chorar...

Os elementos em análise nas estruturas acima podem ser retomados em perguntas pelo *que/quem*. Entretanto, esse critério sozinho não é suficiente para caracterizar o OD.

Observemos o critério da anteposição:

(58)d) De ouvir trovões, subitamente começaram...

(59)d) De fugir, ali começaram...

(60)d) De reinar, começou até o acabamento de seus bem  
aventurados dias...

(61)d) De chorar, começou...

Como se pôde ver em (58)d), (59)d), (60)d) e (61)d), o critério da anteposição parece se aplicar às estruturas mencionadas acima. Em última análise, somente dois critérios que podem caracterizar o OD nas sentenças em exame se aplicaram: a retomada por o *que/quem* e a anteposição. Começar de não será, então, classificado como TD.

Passaremos a examinar a seguir os verbos *costumar* e *desejar*.

Os verbos *costumar* e *desejar* são descritos por Epiphânio Dias, *Syntaxe Histórica Portuguesa*, 1959, da seguinte forma: "Aos verbos que suppoem outra acção do mesmo sujeito, junta-se um simples infinitivo que designa esta acção (ou sem preposição, ora com *de* ou *a* ou *em*)".

Tendo como base critérios semânticos, Said Ali (apud E. Pontes, 1973) considera o verbo *costumar*, no PM, um auxiliar que denota "repetição de ação" e *desejar* um verbo que denota "vontade ou desejo".

Nessa perspectiva são classificados também os verbos chamados *modais*. Adriano Kury (1985:43) afirma que *desejar* é



"um verbo auxiliar modal que indica o modo segundo o qual o sujeito, ou o falante, encara o processo do infinitivo acrescentando à locução caráter de volição".

Como vimos, as gramáticas do Português Moderno classificam os verbos segundo critérios semânticos. Ao nosso ver, tais critérios sozinhos não são suficientes para definir determinada classe de verbos, principalmente quando se trata de verbos do PA. Assim sendo, utilizaremos, a seguir, os mesmos critérios sintáticos apresentados anteriormente para verificar o "status" sintático dos complementos verbais nas estruturas com *costumar* e *desejar* que se seguem:

- (62) "...Costumamos de poer parte das bondades de cada um huum rey,..." (Fernão Lopes, *Cronica d'ElRei dom Joham, Prolloguo*, pág. 1).
- (63) "...estes fidalgos desejavam muito de cobrarem a Vila..." (José Mattoso, *Narrativas dos Livros de Linhagens*, pág. 123).
- (64) "...e deseiauam muyto de auer vitoria dos êmigos da santa fe catholica..." (José Leite de Vasconcellos, *Textos Arcaicos*, pág. 69)

Vejamos inicialmente a possibilidade de utilização do **Critério I**:

(62)a) \* ...O costumamos...

(63)a) ...Estes fidalgos o desejavam...



(64)a) ...O desejavam muito...

Observemos agora o Critério II:

(62)b) \* ... De pôr parte das bondades de cada um foi costumado...

\* (63)b) ...De cobrarem a Vila foi muito desejado pelos fidalgos...

(64)b) \* ...de aver vitória dos inimigos foi muito desejado por eles...

Critério III:

(62)c) O que costumamos?

- Costumamos de por parte das bondades de cada um...

(63)c) O que desejavam este fidalgos?

- ...desejavam muito de cobrarem a Vila...

(64)c) O que eles desejavam?

- Desejavam muito de aver vitória...

Vejamos a seguir o Critério IV:

(62)d) ...de pôr parte das bondades de cada um, costumamos...

(63)d) ...de cobrarem a Vila, estes fidalgos desejavam muito...

(64)d) ...de aver vitória, desejavam muito...

Dos critérios utilizados para a caracterização do OD no PA, o critério I não dá bom resultado quando aplicado à estrutura de (62). Também o critério II não funcionou bem. Portanto, dois quatro critérios utilizados para definir o OD em português, o verbo *costumar* admitiu somente dois, a saber, o critério III e o critério IV. Desse modo, não o classificaremos como TD, isto é, não admite OD no PA, e, conseqüentemente, o complemento preposicionado que o segue não é objeto direto preposicionado.

O verbo *desejar* é diferente do verbo *costumar*. Admitiu três critérios definitórios do OD, e, além disso, apresenta o complemento na forma flexionada, fazendo a concordância com o sujeito.

Diante do exposto até aqui, somos inclinados a analisar o complemento do verbo *desejar* como Objeto Direto Preposicionado (ODP). Já o verbo *costumar* parece funcionar, em (62), como um verbo auxiliar e o complemento que o segue não é ODP. Semanticamente podemos dizer que se trata de um verbo que indica melhor o momento da ação verbal, foi classificado por Said Ali como verbo "acurativo ou determinativo" no PM. Somos inclinados a manter a mesma classificação para o PA.

Passamos agora ao verbo *dever*.

Adriano Kury (1985) afirma, para o Português Moderno, que o verbo *dever* é "um auxiliar modal que indica o modo

segundo o qual o sujeito, ou o falante, encara o processo do infinitivo; acrescentando à locução carácter de necessidade: **dever(de) (...)**"

As estruturas constituídas com o verbo **dever** em textos do PA tem como complemento um infinitivo impessoal opcionalmente seguido de **de**. Além disso, o sujeito da forma verbal **dever** é o mesmo do infinitivo.

Observe-se:

(65) "...e nom deuedes de culparca os seus mesteres foram tantos"... (Alexandre Herculano, *Chronicas Breves e Memórias de Santa Cruz de Coimbra*, pág. 17).

(66) "...nós nom deuemos d'ajudar os maaos homês... (J.J. Nunes, *Crestomatia Arcaica*, pág. 74).

(67) "...o doctor nos emsina que nom deuemos ajudar os maaos homês"... (Idem, *ibidem*, pág. 74)

Verificaremos a seguir se tais complementos podem, de acordo com os critérios, ser considerados ODP.

**Critério I:**

(65)a) \* E não o devedes ca os seus misteres foram tantos...

(66)a) \* Nós não o devemos...

(67)a) \* Doctor ensina que não o devemos...

Como vimos, o critério I quando utilizado, resulta em estruturas ambíguas. Nesse sentido, **dever** pode também significar 'ter dívidas', portanto, ao nosso ver, o resultado do teste é inaceitável.

Passemos então ao Critério II:

(65)b) \* De culpar (...) é devido...

(66)b) \* D'ajudar os maus homens não é devido...

(67)b) \* Ajudar os maus homens é devido...

Como fizemos observar, o critério II não se aplicou.

Vejamos o Critério III:

(65)c) O que não devedes?

- Não devedes de culpar, (...)

(66)c) O que não devemos?

- Não devemos d'ajudar os maus homens...

(67)c) O que não devemos?

- Não devemos ajudar os maus homens...

O critério III parece dar resultados aceitáveis quando aplicado às estruturas em análise.

Vejamos agora o Critério IV:

(65)d) ...De culpar não devemos ca os seus mistérios foram tantos...

(66)d) ...D'ajudar os maus homens não devemos...

(67)d) ...ajudar os maus homens não devemos...

Conforme pudemos constatar, somente dois dos quatro testes que estamos utilizando para caracterizar o OD parecem acarretar resultados aceitáveis ao se aplicarem ao verbo **dever**. Portanto, não podemos classificar seus complementos como OD, uma vez que estamos admitindo que para ser OD a maioria dos critérios têm de funcionar. De acordo com as sentenças acima, o verbo **dever** no PA seleciona complementos na forma infinitiva com e sem a preposição **de**. Parece-nos que, do ponto de vista semântico, a presença da preposição **de**, ligada à forma infinitiva, fortalece o sentido de 'obrigação', indicando talvez 'precisão de resultado'. Já a ausência da preposição **de** parece suavizar a obrigatoriedade, evidenciando 'probabilidade'.

Ao nosso ver, o verbo **dever** como usado nas estruturas (65)-(67) tem valor modal indicando 'obrigação' ou 'probabilidade' e pode ser seguido de complementos na forma infinitiva ligados ou não à preposição **de**.

Vamos examinar agora o verbo **entender**.

Sabemos que o verbo **entender**, com o sentido de 'compreender', no PM, é transitivo direto: "Entendo o programa de português." ou transitivo indireto: "Entendo muito de matemática", equivalendo a: "Sei profundamente matemática." Na nossa análise do PM, **entender** foi considerado transitivo

direto, com valor partitivo. (Cf. 2.2.1)

Observemos os complementos do verbo *entender* nas estruturas de (68) e (69) do PA:

(68) "...que aly entemdia de dar muytas delicadas higuarias..." (J.J. Nunes, *Crestomantia Arcaica*, pág. 75).

(69) "...este dia, a entendem de cobrar se nós nom formos vencedores..." (José Mattoso, *Narrativas do Livro de Linhagens*, pág. 131).

Antes de passarmos a analisar os critérios sintáticos definitórios do OD, devemos fazer notar que o verbo *entender*, nas sentenças (68) e (69), parece poder ser parafraseado, sem prejuízo de sentido, pelo verbo *resolver*, significando 'tomar uma decisão'.

Observem-se os exemplos abaixo:

(68) Que ali resolveu de dar muitas delicadas iguarias.

(69) Este dia resolveu de cobrar a Vila...

Vejamos agora os resultados da aplicação dos quatro critérios adotados por nós para o verbo *entender*.



**Critério I:**

(68)a) ...que ali o entendia...

(69)a) ...este dia a entendem...

**Critério II:**

(68)b) \* De dar muitas delicadas iguarias foi entendido...

(69)b) \* De cobrar a Vila foi entendido...

**Critério III:**

(68)c) O que entendia?

- Entendia de dar muitas delicadas iguarias...

(69)c) - O que entendem este dia?

- Entendem de cobrá-la...

**Critério IV:**

(68)d) ...que aly de dar muitas delicadas iguarias, entendia...

(69)d) ...De cobrar, este dia a entendem.

Parece-nos que três critérios caracterizadores do OD resultaram em estruturas plausíveis, para o verbo entender.

Examinaremos a seguir o verbo ousar.



Said Ali, em *Dificuldades da Língua Portuguesa*, (1966:61) considera *ousar* um verbo de difícil classificação, afirmando: "Há ainda outros verbos como *ousar*, *desejar*, *gostar de*, etc, que, sendo completados por outro verbo, não admitem no PM a existência de um sujeito neste novo verbo, e, portanto, só se empregam com infinitivo impessoal. Não os podemos, entretanto, acomodar em nenhum dos três grupos de auxiliares".

Para Adriano Kury, *op.cit.*, o verbo *ousar*, no PM, funciona como "um auxiliar que indica o modo segundo o qual o sujeito ou o falante encara o processo do infinitivo, acrescentando à locução caráter de intenção". Estes são os comentários desses autores a respeito de *ousar* no PM.

Veja-se agora o seu emprego no PA:

(70) "...em guissa que se nom ousauom de teer com elle..." (Fernão Lopes, *Cronica d'ElRei Dom Joham*, Capitollo XII, pág.23)

Vamos verificar se a estrutura (30) possui alguns dos traços definitórios do OD em português:

**Critério I:**

(70)a) ...se não o ousavam...

Parece-nos que não há restrições quanto à substituição do complemento do verbo *ousar* por uma forma

pronominal.

Observemos o Critério II:

\*(70)b) ...de ter com ele não é ousado...

A passiva resultante é, ao nosso ver, mal formada.

Vejamos agora o Critério III:

(70)c) O que se não ousavam?

- Se não ousavam de ter com ele.

Pudemos notar que o constituinte em exame na sentença acima pode ser interrogado pelo *que/(o que/quem)*. Passemos ao Critério IV, que é o da Anteposição:

(70)d) De ter com ele se não ousavam.

Também o critério IV dá resultado aceitável quando aplicado à estrutura de (70). Pelo que pudemos verificar, três critérios funcionaram para o verbo *ousar*. Ele é, então, TD.

Observe-se agora a sentença (71):

(71) "...que ousastes fazer tan grã ardimento en nossa terra?..."

Como se pode ver, o complemento de *ousar* na sentença acima é constituído por uma oração infinitiva e não aparece ligado ao

seu complemento pela preposição *de*. Na verdade, parece ser esta a regência desse verbo no PM.

Por todas as características apresentadas, parece-nos que o verbo *ousar*, tanto em (70), quanto em (71), pode ser caracterizado como um verbo TD. É pertinente lembrar que, no PM, o verbo *ousar* não aparece jamais ligado ao seu complemento pela preposição *de*. Verificamos portanto, que houve mudança de regência do PA para o PM.

Vejamos a seguir os verbos *prometer* e *temer*:

Para Epiphânio Dias (op.cit.), os verbos *prometer* e *temer* são verbos a que o infinitivo se liga na "qualidade de complemento direto". Segundo este autor, tanto *prometer* quanto *temer* estão na lista dos verbos chamados "sensitivos e declarativos". Observe-se o emprego de *prometer* no PA:

(72) "...assy lho prometia de guardar..." (Fernão Lopes, *Cronica d'ElRei Dom Joham*, Capitollo I, pág. 5)

(73) "...E a grua, ouvimdo sseu prometimento, prometeo de lhe dar ssaude..." (J.J. Nunes, *Crestomatia Arcaica*, pág. 73)

Observemos a aplicação do Critério I:

(72)a) Assim lho o prometia.

(73)a) E a grua, o prometeu.

As sentenças constituídas com o verbo **prometer** na modalidade de língua em análise admitiram a substituição do complemento por uma forma pronominal.

Vejamos a seguir o Critério II:

(72)b)\* **de guardar** assim lho foi prometido...

(73)b)\* **de lhe dar saúde** foi prometido pela grua...

O critério II não parece tão bom para as estruturas acima.

Observemos o Critério III:

(72)c) O que lho prometia?

- Lho prometia **de guardar**...

(73)c) O que a grua prometeu?

- Prometeu **de lhe dar saúde**.

Pudemos notar que o teste III dá bons resultados.

Vejamos o Critério IV:

(72)d) ...**de guardar** assim lho prometia...

(73)d) ...**de lhe dar saúde** prometeu...

Pudemos verificar que três dos critérios que estamos usando para definir o OD em português se aplicaram às estruturas em exame com resultado aceitáveis. Assim sendo, o verbo **prometer** pode ser caracterizado como TD. Conseqüentemente, seleciona

complemento direto. Assim, nas sentenças descritas acima, o verbo **prometer** seleciona complementos precedidos pela preposição **de**, os quais podem ser classificados como ODP.

Passemos agora ao verbo **temer**.

O verbo **temer** no PA aparece nas seguintes estruturas:

(74) "...foi muito triste porque se temeu de perder dom Rodrigo Froiaz..." (José Mattoso, **Narrativas dos Livros de Linhagens**, pág. 37)

Vamos verificar se os quatro critérios definitórios do OD são aplicáveis ao verbo **temer**.

**Critério I:**

(74)a) ...Foi muito triste porque se o temeu...

**Critério II:**

\*(74)b) ...de perder Dom Rodrigo Froiaz foi muito triste porque foi temido...

**Critério III:**

(74)c) O que se temeu?

- Se temeu de perder Dom Rodrigo Froiaz...

#### Critério IV:

(74)d) De perder dom Rodrigo Froiaz se temeu...

Três dos critérios caracterizadores do OD em português são admitidos pelo verbo *temer*. Apenas a passivização não funcionou. Podemos dizer que o verbo *temer* é um verbo transitivo e o infinitivo faz parte de uma oração que lhe serve de OD.

Do exposto até aqui pode-se afirmar que, no PA, tanto *prometer*, quanto *temer*, como empregados nas estruturas de acima podem ser analisados como verbos transitivos diretos. Assim sendo, não há dúvida de que os complementos desses verbos podem ser classificados como ODP nessa modalidade de língua.

#### 3.2.2 - Verbo + de + SN não oracional

Outros verbos que fazem parte do "corpus" do PA e que ocorrem acompanhados pela preposição *de* são *ferir*, *pedir* e *usar*. Estes apresentam valor partitivo.

Observe-se:

(75) "...indo a todo seu poder para ferir da espada, dõ Alcarac..." (J.J.Nunes, *Crestomaria Arcaica*, pág. 54)

(76) "...e ferirrom-sse de tam dura força de tamanhos golpes..." (Idem, *ibidem*, pág. 36)



- (77) "...que achara huum mouro doemte e lazerado e lhe pedira da água que bevesse por Deus..." (Silveira Bueno, *Antologia Arcaica*, pág. 60)
- (78) "...Husamdo sempre de mesuradas palluras e corteses..."(Fernão Lopes, *Cronica d'ELRei dom Johan*, pág. 2)

Vimos que todos os verbos apresentados nas sentenças de (75) a (78) possuem valor partitivo e podem ser caracterizados como transitivos diretos. Portanto, entendemos que não é necessário aplicar os testes definitórios do OD para tais verbos.

Também o verbo **trabalhar-se** aparece em nossos dados do PA:

- (79) "...como aquella que he leal e verdadeira, se trabalhou sempre de ajudar estes reynos..."  
(Fernão Lopes, *Cronica d'ELRei dom Johan*, pág. 8)
- (80) "...os escudeiros trabalharã-se de buscar dôde saya também o cheiro..." (J.J.Nunes, *Crestomatia Arcaica*, pág. 161)

Examinaremos, a seguir, se os critérios que caracterizam o OD empregados até aqui por nós, são admitidos pelo verbo **trabalhar-se** nas sentenças acima.

**Critério I:**

- (79)a) \* ...se o trabalhou...



(80)a) \* ...os escudeiros se o trabalharam...

As estruturas de (79) e (80) mostram-nos o verbo trabalhar-se seguido por um complemento que, ao nosso ver, não pode ser substituído por uma forma pronominal.

Vejamos o Critério II:

\*(79)b) ...de ajudar estes reinos foi trabalhado sempre...

\*(80)b) ...de buscar donde saía tão bom cheiro foi trabalhado pelos escudeiros...

A passiva resultante não parece aceitável.

Vejamos o Critério III:

(79)c) O que se trabalhou?

- Se trabalhou de ajudar estes reinos...

(80)c) O que se trabalharam?

- Trabalharam-se de buscar donde saía tão bom cheiro...

Vejamos agora o Critério IV:

(79)d) De ajudar estes reinos se trabalhou sempre...

(80)d) De buscar donde saía tão bom cheiro os escudeiros trabalharam-se...

Dois dos quatro critérios caracterizadores do OD em português dão sentenças aceitáveis. Note-se que, tanto em (79), quanto em (80), o verbo **trabalhar -se** pode ser parafraseado pelo verbo **esforçar-se**. Na verdade, parece ser esse o sentido de **trabalhar-se** nas estruturas em exame.

Vejam-se:

- (81) Como aquela que é leal e verdadeira, se esforçou sempre para ajudar estes reinos...
- (82) Os escudeiros **esforçaram-se** de (para) buscar donde saía tão bom cheiro.

As estruturas acima atestaram-nos que o verbo **trabalhar-se**, em (79) e (80), parece poder ser substituído pelo verbo **esforçar-se**.

Como ele admitiu apenas dois dos quatro critérios definitórios do OD em português não o analisaremos como TD.

Estão sendo classificados como OD os complementos dos verbos que admitirem a maioria dos critérios adotados. Sendo assim, podemos dizer que, dos verbos examinados nessa seção, **desejar, entender, ousar, prometer e temer** admitiram a maioria dos critérios caracterizadores do OD. Conseqüentemente, somos inclinados a analisar seus complementos como objeto direto preposicionado nessa modalidade de língua.

Vimos pois, que também no PA o "chamado objeto direto preposicionado" pode vir precedido pela preposição **de**. Esta, além de indicar valor partitivo quando ligada a SN não-

oracional, pode vir também precedendo complementos oracionais. De acordo com o "corpus" pesquisado, **de** parece ser a preposição prototípica das estruturas arcaicas com infinitivo.

Apresentamos na tabela 7 os tipos de complementos ligados aos verbos examinados na seção 4.2.2.

Verbo	Tipo de complemento	
	Preposição	SN De + infinitivo
Começar	de	x -
Costumar	de	x -
Desejar	de	x -
Dever	de	x -
Entender	de	x x
Ferir/Ferir-se	de	x x
Ousar	de	x -
Pedir	de	x x
Prometer	de	x -
temer	de	x -
trabalhar-se	de	x -
usar	de	x x

TABELA 7

Apresentamos na Tabela 8 todos os verbos analisados no "corpus" do PA

Verbo	Preposição	Tipo de Complemento	Classificação	ODP
Começar(1)	a	Infinitivo	aux.	-
Começar(2)	de	Infinitivo	aux.	-
Conhecer	a	SN	TD	x
Costumar	de	Infinitivo	aux.	-
Desejar	de	Infinitivo	TD	-
Dever	de	Infinitivo	aux.	-
Entender	de	Infinitivo	TD	x
Ferir	de	SN	TD	x
Ir	a	Infinitivo	aux.	-
Mandar	a	SN	TD	x
Ousar	de	Infinitivo	TD	x
Pedir	de	SN	TD	x
Prometer	de	Infinitivo	TD	x
Satisfazer	a	SN	TD	x
Temer	de	Infinitivo	TD	x
Trabalhar-se	de	Infinitivo	aux.	-
Usar	de	SN	TD	x
Vir	a	Infinitivo	aux.	-

TABELA 8

## CAPÍTULO 4

### ANÁLISE DIACRÔNICA

---

No presente capítulo vamos comparar os dados sincrônicos dos dois períodos de língua examinados, a saber, Português Antigo (PA) e Português Moderno (PM). Antes, porém, vamos reapresentar o conceito de Lingüística Histórica proposto por Bynon (1977:1/2), que norteia a nossa pesquisa:

"A Lingüística Histórica procura investigar e descrever a maneira pela qual as línguas mudam ou conservam suas estruturas através do tempo; seu domínio é, portanto, a língua no seu aspecto diacrônico.

(...) que a língua de fato muda através dos tempos torna-se logo evidente quando documentos escritos na mesma língua mas de diferentes períodos de tempo são examinados.

(...) Isto significa que é possível abstrair dos documentos a estrutura gramatical da língua de cada período e, desta forma, uma série de gramáticas sincrônicas podem ser postuladas e comparadas. As diferenças em suas estruturas sucessivas podem então ser interpretadas como reflexo do desenvolvimento histórico da língua".

Segundo esta perspectiva, fragmentos de gramáticas sincrônicas foram postulados para o período arcaico e o moderno da língua portuguesa, a fim de caracterizarmos os

complementos dos verbos seguidos da preposição de ou a como objetos diretos preposicionados ou não, tomando como conceituação de objeto direto um conjunto de traços que o definem.

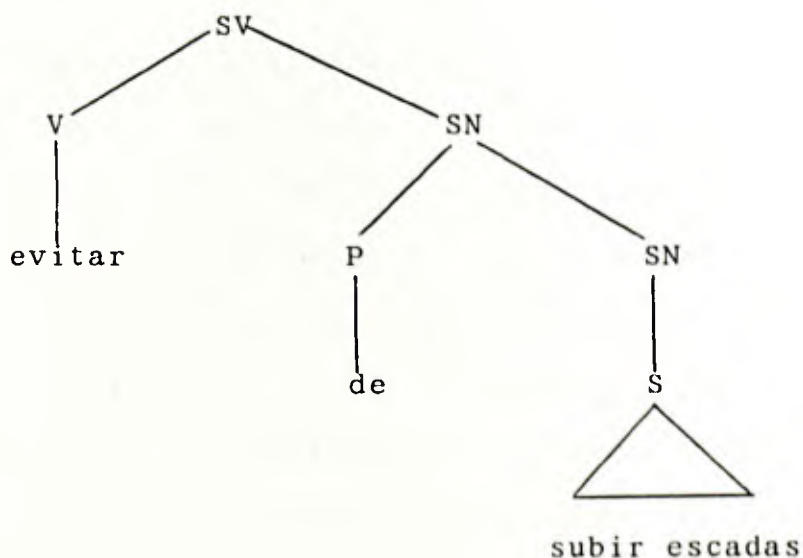
Procederemos agora à comparação dessas duas gramáticas sincrônicas (ou fragmentos de gramáticas sincrônicas) com o objetivo de identificar mudanças que possam ter ocorrido ou não nesses padrões, na linha de Bynon (1977, 1983), conforme evidenciado no excerto transcrito acima.

Comparando os verbos analisados nos dois períodos de língua, identificamos quatro tipos sintáticos, de acordo com os tipos de complementos que estes selecionam, isto é, SN's oracionais ou não-oracionais, e de acordo com a preposição que os segue: a ou de, são eles:

- (1) V + a + SN não-oracional
- (2) V + a + infinitivo
- (3) V + de + SN não-oracional
- (4) V + de + infinitivo

Os tipos (2) e (4), que apresentam formas infinitivas não-flexionadas, estão sendo considerados por nós, na maioria dos casos, como um SN que teria a configuração que se segue:

(47)



Ou seja, existe um nódulo SN que domina uma preposição e um outro SN que, por sua vez, se expande numa oração.

A nossa análise discutiu se tais SN's constituem ou não objetos diretos oracionais e, como são precedidos de preposição, se constituem, na verdade, objetos diretos preposicionados oracionais.

#### 1 - VERBOS QUE OCORRERAM NAS DUAS MODALIDADES DE LÍNGUA: CASOS DE RETENÇÃO

Os verbos começar a + infinitivo (aux.), dever de + infinitivo (aux. modal), mandar a + SN (ODP), satisfazer a + SN (ODP), usar de + SN (ODP), pedir de + SN (ODP) apresentam sentido e estrutura semelhantes nas duas fases da língua.



### 1.1 - Verbo + a + SN não-oracional

Os verbos **mandar** e **satisfazer**, de acordo com o "corpus" examinado, apareceram ligados aos seus complementos através da preposição **a** nas duas modalidades de língua.

O verbo **mandar a + SN** foi analisado como TD e seu complemento como ODP no PA e no PM. Portanto, quanto a esse verbo, não houve mudança no tipo sintático, pois ele seleciona o mesmo tipo de complemento nas duas fases da língua. Quanto ao significado, este parece também não ter se alterado.

Também o verbo **satisfazer** apareceu ligado ao seu complemento SN através da preposição **a** no PA, e, apesar de o referido verbo não ser registrado em nossos dados do PM, constituindo portanto, uma lacuna, sabemos, segundo as gramáticas tradicionais consultadas, que a ocorrência de **satisfazer a + SN** é freqüente no PM. Seu complemento foi analisado como ODP no PA e, certamente pode sê-lo no PM, caracterizando-se como outro caso de retenção.

### 1.2 - Verbo + a + infinitivo

O verbo **começar** apareceu ligado ao infinitivo através da preposição **a** no PA. (sobre **começar de + infinitivo** veja-se seção 2.3). A exemplo do verbo **satisfazer**, nesta estrutura, ele não foi registrado por nós no "corpus" sob análise, mas o foi na LFC. Sabemos que as gramáticas contemporâneas se dividem quanto à sua classificação: **começar a** é auxiliar para

Kury (1985) e Luft (1983) e é transitivo para Pontes (1973), para o sujeito é animado.

Conforme nossa análise, no PA, **começar a + infinitivo** não é transitivo direto. Apenas dois dos quatro critérios definitórios do OD resultaram em sentenças plausíveis, a saber, a Retomada por **que/quem** e a Anteposição. Sugerimos, então, para ele, o "status" de auxiliar, apesar de não termos detalhado essa análise.

Nossa sugestão de análise para o PA coincide com a proposta de Kury e Luft para o PM: este é um auxiliar. Desta forma, tendo se mantido o tipo sintático, e, ao que parece, o significado, este será considerado por nós como um caso de retenção.

### 1.3 - Verbo + de + SN não-oracional

Vejam agora os verbos que ocorreram ligados aos seus complementos através da preposição **de**. São eles: **pedir de + SN (ODP)** e **usar de + SN (ODP)**. Esses dois verbos apareceram nas duas modalidades de língua em exame, e, além de serem transitivos diretos, possuem valor partitivo.

Como já foi dito, o partitivo é um fenômeno que apresenta pouca frequência de ocorrência no PM. Entretanto, os verbos em análise podem ser caracterizados como transitivos de valor partitivo no PA e no PM. O verbo **pedir de + SN** foi registrado por nós somente no PA; no PM, confirmamos sua regência como TD através de gramáticas

tradicionais. Assim sendo, tanto **pedir de + SN**, quanto **usar de + SN** são verbos transitivos diretos com valor partitivo nas duas fases da língua. Nesses casos, o tipo sintático e o significado partitivo dos mesmos se mantiveram. São também fenômenos de retenção.

#### 1.4 - Verbo + de + infinitivo

Outro verbo que ocorreu no PA e no PM com o mesmo tipo de complemento é **dever de**. Conforme os critérios definitórios do OD por nós utilizados, não podemos analisá-lo como TD em nenhuma das duas modalidades de língua.

Como se viu, tanto no PA, quanto no PM, o verbo **dever** admite variação de complemento, podendo ocorrer ligado à forma infinitiva com ou sem o auxílio da preposição **de**: tanto **dever de + infinitivo**, quanto **dever + infinitivo**, são possíveis nos dois períodos em exame, embora tenhamos analisado apenas **dever de + infinitivo**. Em ambas as modalidades de língua o verbo em análise possui valor modal. A presença da preposição parece fortalecer o sentido de 'obrigação' ou 'precisão de resultado'. Já a sua ausência suaviza a obrigatoriedade do fato, indicando 'probabilidade'. Apesar de Nascentes (1967) afirmar que **dever de** hoje em dia desapareceu, segundo nossos dados, este é um tipo de construção freqüente na LOC.

Também o verbo **prometer** foi considerado TD nas duas modalidades de língua. Observamos, em nossos dados, que este

verbo, no PA, aparece sempre ligado à forma infinitiva através da preposição *de*. Seu complemento foi analisado como ODP.

Apesar de *prometer* aparecer ligado diretamente à forma infinitiva, isto é, sem preposição, nos dados do PM, segundo alguns informantes, *prometer de + infinitivo* é forma corrente na língua oral contemporânea. Assim sendo, temos aqui mais um caso de retenção do significado e do tipo sintático.

De acordo com o "corpus" pesquisado, o verbo em exame pode ser caracterizado com TD: no PA seleciona um complemento oracional preposicionado, e no PM, seleciona complementos oracionais preposicionados ou não. Sendo assim, verifica-se a retenção do padrão sintático *V + de + infinitivo*, como também do significado, além da possibilidade de variação no PM.

Todos os verbos ligados a SN's não-oracionais examinados nessa seção selecionam complementos precedidos de preposição. Os verbos *mandar* e *satisfazer* são ligados aos seus complementos através da preposição *a*. Já *pedir* e *usar* através da preposição *de*. Desse modo, sendo verbos transitivos diretos, os complementos que os seguem podem ser caracterizados como objetos diretos preposicionados nas duas modalidades em exame.

Vimos, pois, que tanto no PA quanto no PM, o OD pode vir precedido pela preposição *a* e pela preposição *de*, esta indicando valor partitivo. Esta constatação vem a confirmar a análise tradicional atribuída aos complementos preposicionados de verbos transitivos caracterizados como objetos diretos



preposicionados. (Cf. Cap. 2).

Quanto ao verbo **começar**, parece fora de dúvida que, ligado ao infinitivo através da preposição **a** e da preposição **de**, é um auxiliar que forma LV no PA e no PM.

## 2 - VERBOS QUE SOMENTE OCORRERAM NO PA: CASOS DE MUDANÇA

Os verbos que se seguem ocorreram somente no PA. São verbos que desapareceram no PM enquanto ligados aos complementos que os seguem, como se vê abaixo: **conocer a + infinitivo (ODP)**, **começar de + infinitivo (aux.)**, **costumar de + infinitivo (aux.)**, **desejar de + infinitivo (ODP)**, **ferir de + SN (ODP)**, **ir a + infinitivo (aux.)**, **ousar de + infinitivo (ODP)**, **temer de + infinitivo (ODP)**, **trabalhar-se de + infinitivo (ODP)** e **vir a + infinitivo (aux.)**.

### 2.1 - Verbo + a + infinitivo

Os verbos **conocer**, **ir** e **vir** apresentaram a estrutura **V + a + infinitivo** no PA. Dentre eles, apenas **conocer** foi caracterizado como TD e seu complemento como objeto direto preposicionado na modalidade em exame. Os verbos **ir + a + infinitivo** e **vir + a + infinitivo** foram analisados como auxiliares. Neste tipo sintático: **V + a + infinitivo**, os verbos acima desapareceram no PM.

## 2.2 - Verbo + de + SN não-oracional

O verbo *ferir* também ocorreu somente no PA e foi o único verbo que apresentou a estrutura Verbo + de + SN não-oracional nessa fase da língua. Foi caracterizado como TD e seu complemento ODP de valor partitivo.

## 2.3 - Verbo + de + infinitivo

Os verbos *começar de*, *costumar de*, *desejar de*, *entender de*, *ousar de*, *temer de* e *trabalhar-se de* apresentaram a estrutura Verbo + de + infinitivo e ocorreram nesse tipo sintático apenas no PA. Dentre eles *desejar*, *entender*, *ousar*, *temer* e *trabalhar-se* foram caracterizados como transitivos diretos e seus complementos objetos diretos preposicionados na modalidade em análise. Já *costumar de* e *começar de* foram analisados como auxiliares.

Na verdade, os verbos acima se conservam no PM, mas com outros tipos de complementos. Assim, por exemplo, *desejar*, que hoje aparece ligado diretamente a SN's ou a formas infinitivas, aparecia no PA ligado ao seu complemento através da preposição *de*. O tipo sintático em que o referido verbo se manifestava no PA não é o mesmo do PM. Portanto, enquanto integrando o tipo sintático V + de + infinitivo, *desejar* desapareceu.

Vimos, pois, que todos os casos analisados na seção 2 acima são fenômenos de mudança.

Em 2.1 os verbos examinados desapareceram integran-do

a estrutura V + a + infinitivo, apesar de esse tipo sintático não ter sido eliminado na língua oral contemporânea.

Em 2.2 tratamos da estrutura V + de + SN não-oracional que, como tal, não desapareceu no PM. No entanto, ferir, nesta estrutura, não ocorre no PM.

Em 2.3, como se viu, os verbos analisados desapareceram na estrutura V + de + infinitivo, apesar de esse tipo permanecer no PM com outros verbos.

### 3 - VERBOS QUE OCORRERAM APENAS NO PM: CASOS DE INOVAÇÃO?

#### 3.1 - Verbo + a + SN não-oracional

Os verbos seguintes apareceram seguidos de a + SN simples e ocorreram apenas no PM. Observem-se: amar, ameaçar, apoiar, entender, escutar, marcar, matar, observar, ouvir, prejudicar, presentear, salvar e vencer. Todos os verbos listados foram classificados como transitivos diretos e seus complementos, objetos diretos preposicionados no PM. Essa classificação confirma a análise tradicional a eles atribuída, isto é, verbos seguidos pela preposição a + SN não-oracional, são, de acordo com os critérios adotados, objetos diretos preposicionados não só no PM, mas também no PA, como foi evidenciado na seção 1. Ademais, os complementos preposicionados dos verbos em exame constituem os casos prototípicos do ODP em português. Dito em outros termos, eles englobam os casos em que os SN's envolvidos apresentam traços de animacidade, ou comparatividade, presença de pronomes



tônicos, dentre outros.

Os verbos analisados como transitivos diretos no PM, com a estrutura V + a + SN não-oracional, constituem a maioria do total de verbos que admitem objetos diretos preposicionados nessa fase da língua.

Constatamos, ainda, que os verbos examinados na subseção 3.1 constituem inovação no PM, mas o tipo sintático em que eles aparecem já ocorria no PA. Logo, houve inovação lexical e retenção do tipo sintático.

### 3.2 - Verbo + a + infinitivo

Um verbo do PM apareceu ligado ao infinitivo através da preposição a: conseguir. A exemplo dos verbos examinados na seção 3.1., o tipo sintático no qual o verbo conseguir se manifesta no PM, também ocorria no PA, porém com outros verbos.

### 3.3 - Verbos seguidos pela preposição de + SN não-oracional

Os verbos conhecer, entender, pesquisar, provar e trabalhar ocorreram ligados a SN's através da preposição de no PM. Dentre eles, três foram analisados como transitivos diretos e seus complementos objetos diretos preposicionados: conhecer, entender e provar. Devemos fazer notar ainda, que o tipo sintático em que aparecem os verbos em exame se manifestava no PA com outras classes verbais.

### 3.4 - Verbos seguidos pela preposição de + infinitivo

Os verbos seguintes apareceram ligados aos seus complementos através da preposição de e só ocorreram no Português Moderno: agüentar de, atrapalhar de, cismar de, dever de, evitar de, interessar de, inventar de, preocupar de e resolver de. Esses verbos conservam o padrão arcaico do tipo sintático V + de + infinitivo que desapareceu para determinados verbos na língua contemporânea. (Cf. por exemplo, ousar de + infinitivo). De acordo com os critérios definitórios do OD adotados por nós, seis deles podem ser caracterizados como transitivos diretos e seus complementos, objetos diretos preposicionados. Apenas dever de, interessar de e preocupar de não foram caracterizados como transitivos diretos.

Observamos ainda que a maioria dos verbos discutidos nesta sub-seção, e que figuram na estrutura V + de + infinitivo, podem também aparecer ligados aos seus complementos sem o auxílio da preposição de. Este último tipo não foi, no entanto, examinado por nós.

Apesar dessa variação existente, mas não analisada, segundo o "corpus" examinado, nesta sub-classe, o complemento precedido de preposição é o mais frequente. Um verbo como cismar, por exemplo, aparece quase sempre ligado ao complemento infinitivo através da preposição de.

Resumindo, podemos dizer que os verbos examinados na seção 3 e sub-seções constituem casos de inovação lexical no PM: os verbos mudaram, mas os tipos sintáticos permaneceram.

## CONCLUSÃO

---

O objetivo deste trabalho foi examinar a ocorrência dos complementos preposicionados no sintagma verbal do português em duas fases da língua, a saber, Português Moderno e Português Antigo, com o intento de evidenciar possíveis mudanças ou fenômenos de retenção que pudessem ter ocorrido envolvendo os mesmos.

Tratamos, numa fase inicial, dos complementos que a gramática tradicional portuguesa intitula "Objeto Direto Preposicionado", isto é, de complementos que são precedidos pela preposição *a*, em seguida a um verbo, configurando a estrutura *V + a + SN*.

Para investigarmos tais complementos necessário foi partirmos de uma conceituação de objeto direto que, à maneira da apresentada por Perini (1989), e por alguns gramáticos portugueses, faz uso de um conjunto de traços sintáticos.

Os dados, coletados em textos entendidos como representativos das duas modalidades de língua, nos forneceram uma lista de verbos ligados aos complementos através da preposição *a* e *de*. Como se viu no Capítulo 2, alguns gramáticos, como Carlos Góis, Celso Luft, admitem que a

preposição do chamado "Objeto Direto Preposicionado" pode ser de, além de a. Daí termos listado também os complementos precedidos por de. Relacionamos aqueles que suspeitávamos vir ligados a verbos transitivos diretos.

Para atingir nosso objetivo tentamos caracterizar tais complementos como objeto direto preposicionado (ou não) nas duas fases da língua e para tanto utilizamos os testes definitórios do objeto direto citados acima.

Verificamos que os complementos preposicionados manifestam mais três tipos sintáticos (além de V + a + SN), de acordo com o tipo de complemento (SN oracional ou não) e com a preposição (a ou de) que neles figura, perfazendo ao todo quatro tipos:

- (1) V + a + SN não-oracional
- (2) V + a + infinitivo
- (3) V + de + SN não-oracional
- (4) V + de + infinitivo

Na parte diacrônica, comparamos as análises propostas para os complementos preposicionados nos dois períodos de língua, conforme metodologia de trabalho diacrônico sugerida por Bynon (1977), para o tratamento de mudanças lingüísticas analisados a 'posteriori'.

Das análises apresentadas pode-se concluir que:

- 1) Com relação aos tipos sintáticos V + a + SN e V + de + SN não-oracional



Objeto Direto Preposicionado, tal como o entendem os gramáticos tradicionais, isto é, o que apresenta o tipo sintático V + a + SN não-oracional existe tanto no período arcaico, quanto no período moderno da língua portuguesa. Não confirmamos, no entanto, o ponto de vista de Ramos (1989), de que tal tipo de complemento tende a ser menos produtivo na língua contemporânea.

Quanto ao Objeto Direto Preposicionado (do tipo V + de + SN não-oracional) com valor partitivo, já registrado por Carlos Góis, Celso Luft, Cláudio Brandão e Eduardo Carlos Pereira, também este ocorreu nas duas modalidades de língua.

Vê-se, portanto, que o objeto direto preposicionado tradicional se mantém na língua portuguesa. Os mesmos tipos sintáticos permaneceram: V + a + SN não-oracional e V + de + SN não-oracional, tendo havido alteração apenas no verbo que aparece preenchendo tais posições, quando a preposição é a. Quando a preposição é de, os tipos sintáticos e os verbos permaneceram, à exceção de ferir + de + SN que, neste tipo sintático, não figura na língua moderna.

Como se viu, a aplicação de testes que comprovassem ou não o "status" de objeto direto dos complementos preposicionados foi o fundamento de nossa análise. Lembramos, ainda, que analisamos o complemento em questão como objeto direto apenas quando a maioria dos critérios produziu sentenças plausíveis. Consideraremos, em seguida, cada um deles separadamente, comentando a validade de sua aplicação para os dados analisados.

A substituição pronominal (Critério I) tem sido considerada como um dos testes caracterizadores de um SN como objeto direto ou não. Assim, as formas pronominais oblíquas *o, a, os, as* substituiriam, em princípio, SN's não-oracionais, que podem flexionar-se de acordo com gênero e número. Para os tipos sintáticos (1) e (3) — não oracionais —, arrolados acima, a substituição pronominal deu bons resultados, mesmo sendo o SN original precedido pelas preposições *a* e *de*. Nesses casos, a preposição parece ser vazia de significado, pelo fato mesmo de poder, juntamente com o SN que a segue, ser substituída por *o, a, os, as*. *De*, no entanto, nas construções partitivas parece não ser tão vazia, pois tem um significado partitivo. Mesmo assim, pôde ser substituída pela forma pronominal juntamente com o SN.

Quanto à aplicação deste teste para a língua arcaica, consideramo-la válida, já que nessa modalidade de língua *o, a, os, as* (e variantes) são também substitutos de SN (Cf. Mattos e Silva, 1989:212).

A possibilidade de passivização (Critério II), apesar de ser considerada como reveladora da existência do objeto direto pela gramática tradicional portuguesa, apresenta muitas restrições, dentre outras, o fato de muitos verbos indubitavelmente transitivos diretos não se passivizarem. Por outro lado, há verbos transitivos indireto que podem ser passivizados.

Nos nossos dados, o teste da passiva não culminou em sentenças aceitáveis, para os tipos (1) e (3) (à exceção de

mandar, do PA, que teve interpretação duvidosa). Atribuímos a má configuração das sentenças passivizadas à presença da preposição precedendo o constituinte que veio a ocupar a posição do sujeito, mas há, certamente, outros fatores contribuindo para tais formações.

Mesmo sendo este um teste fraco para os objetivos propostos, a análise dos tipos V + a + SN e V + de + SN, não-oracionais, como objeto direto pôde ser mantida, já que os outros três testes deram resultados aceitáveis.

A retomada dos constituintes em questão pelas formas *que/quem*, em interrogativas (Critério III), deu sempre resultados aceitáveis, no entanto, como se pôde observar, os SN's interrogados, poderiam também admitir, em muitos casos, na pergunta, a preposição.

Também no PA, os SN's podem ser interrogados através de *que/quem* na posição de sujeito e de objeto direto (Cohen, 1990).

A anteposição (Critério IV) do SN objeto para o início da oração da qual faz parte pode ocorrer sem prejuízo de sentido, nas duas modalidades de língua, mesmo vindo este precedido de preposição. Na verdade, na língua contemporânea, a anteposição é um dos ambientes em que a preposição pode não ocorrer junto ao SN movido.

Como se pôde observar, cada um dos testes, isoladamente, não teria força suficiente para caracterizar um objeto direto, mas usados em conjunto constituem um dispositivo relativamente seguro para essa finalidade.



2) Com relação aos tipos sintáticos V + a + infinitivo e V + de + infinitivo.

Além dos tipos V + a + SN e V + de + SN não-oracionais, comentados acima, os dados apresentaram também os tipos (2) e (4), isto é, V + a + infinitivo e V + de + infinitivo. Dos dois, o mais freqüente é o segundo, sendo que tanto no Português Moderno, quanto no Português Antigo este tipo admite a análise de objeto direto preposicionado. Se esta análise a eles atribuída é válida, então temos na língua portuguesa antiga e moderna complementos oracionais precedidos por de que são objeto direto.

Quanto aos testes aplicados a esses dois tipos, gostaríamos de ressaltar os seguintes pontos:

- a) admitimos a forma pronominal neutra o (= isso) como substituta para os SN's oracionais em questão. A esse respeito, também nessas estruturas, como naquelas V + a + SN e V + de + SN, não-oracionais, comentadas acima, a preposição foi considerada por nós vazia de significado e, portanto, como parte do SN que a domina;
- b) quanto ao teste da passiva, como já foi dito, também para os tipos oracionais, revelou-se como um critério fraco para caracterizar o objeto direto;
- c) quanto à retomada pronominal, apenas a forma que, e nunca quem, foi admitida nas formas interrogativas, o que deriva do fato de o SN ser oracional;
- d) quanto à anteposição, os mesmos comentários feitos para os

tipos não-oracionais são válidos para os oracionais.

A dicotomia verbo transitivo direto e indireto, por um lado, e, verbo auxiliar e transitivo por outro, subjaz à discussão levada a efeito para os tipos sintáticos oracionais. Como se viu, a partir do Capítulo III, foram objeto de análise complementos verbais oracionais e preposicionais que, pareceram, à primeira vista, estruturalmente semelhantes. A análise desenvolvida evidenciou no entanto, diferenças entre os mesmos: alguns foram classificados como transitivos indiretos, outros, diretos e ainda outros, auxiliares.

### 3) Com relação à análise diacrônica.

Diacronicamente foram identificados fenômenos de retenção e de mudança. Os de retenção se manifestaram tanto no nível estrutural, quanto no lexical. Por outro lado, os de mudança envolveram apenas itens lexicais, tanto nas perdas, quanto nas inovações. Como exemplo de perdas temos verbos do como *ousar de*, *começar de*, *desejar de*, *costumar de*, dentre outros (Cf. Cap. 4), que desapareceram integrando o tipo sintático *V + de + infinitivo*, mas aparecem na língua contemporânea em outros ambientes. Este tipo sintático, por sua vez, permanece com outros itens léxicos.

Quanto às inovações, estas também se revelaram no léxico: *agüentar de*, *cismar de*, *evitar de*, dentre outros, conservam o tipo sintático arcaico, mais inovam lexicalmente. Devemos fazer notar que este tipo sintático que, à primeira vista, parece "sub-standard" revelou-se, pelos nossos dados,

como uma estrutura arcaica.

#### 4) Comentários finais

Esperamos, com esta pesquisa, ter contribuído para os estudos da Sintaxe Histórica Portuguesa, através da análise dos complementos verbais preposicionados nos quais figuram *a* e *de*, especialmente por termos evidenciado a permanência — na língua moderna — de tipos sintáticos já existentes na língua arcaica, bem como perdas e inovações de itens lexicais ocorrentes nessas estruturas.

Apresentamos uma análise que pretendeu sistematizar os tipos de complementos preposicionados do Sintagma Verbal em dois estágios da Língua Portuguesa. Tal sistematização foi possível por termos trabalhado com dados históricos que formaram, na medida das limitações inerentes a toda pesquisa histórica, um "corpus" coerente, condição "sine qua non" para toda a discussão apresentada.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

1. ALMEIDA, Napoleão (1985). Gramática Metódica da Língua Portuguesa, Edição Saraiva, São Paulo.
2. ALONSO, Martim (1968). Gramática del español Introducción al estudio de la lengua, Ediciones Guadarrama S.A., Madrid.
3. ALONSO, Martín (1961). Evolución sintáctica en español. Aguilar, Madrid.
4. BECHARA, Evanildo (1968). Moderna Gramática Portuguesa, Editora Nacional, São Paulo.
5. BOURCIEZ, Édouard (1967). Éléments de Linguistique Romane, Librairie C. Klincksieck, Paris.
6. BRANDÃO, Cláudio (1963). Sintaxe Clássica Portuguesa, UFMG, Belo Horizonte.
7. BYNON, Theodora (1985). "Syntactic Reconstruction: A Case Study" in Hattori Inque Proceedings Of the XIII International Congress of Linguists, Tokyo.  
\_\_\_\_ (1977). Historical Linguistics.
8. BUENO, Silveira (1967). Estudos de Filologia Portuguesa, EDIÇÃO SARAIVA, São Paulo.  
\_\_\_\_ (1941). Antologia Arcaica, Trechos em Prosa e Verso, Coligados em obras do século VIII ao século XVI, Livraria Acadêmica, São Paulo.
9. CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1964). Dicionário de Filologia e Gramática, J. Ozon Editor, Rio de Janeiro.  
\_\_\_\_ (1976). História e Estrutura da Língua Portuguesa, Padrão Livraria Editora Ltda, Rio de Janeiro.  
\_\_\_\_ Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia), Livraria Clássica Editora.
10. COHEN, Maria Antonieta (1990). Syntactic Change in Portuguese Relative Clauses and the Position of the Adjective in the Noun Phrase, Tese de Doutorado (inérita), Estadual de Campinas, São Paulo.



11. COHEN, Maria Antonieta (1981). *Orações Relativas em Português Registro Formal e Informal*, Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte.
12. CONTRERAS, Heles (1978). *El orden de palabras en español*, Cátedra, Madrid.
13. COUTINHO, Ismael (1976). *Pontos de Gramática Histórica*, Ao Livro Técnico S/A, Rio de Janeiro.
14. CRYSTAL, David (1988). *Dicionário de Lingüística e Fonética*. (Tradução e adaptação: Maria Carmelita Pádua Dias, PUC - RJ) Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
15. CUNHA, Celso (1983). *Gramática da Língua Portuguesa*, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro.
16. DIAS, Epiphânio (1959). *Syntaxe Histórica Portuguesa*, Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira, Lisboa.
17. ELIAS, Sílvio (1970). *Preparação à Lingüística Românica*, Ao Livro técnico S.A., Rio de Janeiro.
18. ERNOUT Alfred e THOMAS François (1953). *Syntaxe latine*, Librairie C. Klincksieck, Paris.
19. FÁVERO, Leonor "Complementos Verbais regidos de Preposição" in *Cadernos PUC Vol. 8 Arte e Linguagem*. Milesi, Editora Ltda, São Paulo.
20. FERNANDES, Francisco (1967). *Dicionário de Verbos e Regimes*, Editora Globo, Porto Alegre.
21. GILI Y GAYA, Samuel (1955). *Curso Superior de Sintaxis Española*, Publicaciones SPES, Barcelona.  

---

\_\_\_\_\_ (1969). *Curso Superior de Sintaxis Española*, Editora de las Publicaciones Spes y Vox, Barcelona.
22. GRANDGENT, C.H. (1922). *Introducción ao Latin Vulgar*, (tradução corrigida e aumentada por Francisco de B. Moll), Madri.
23. GÓIS, Carlos (1945). *Syntaxe de Regência*, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro.
24. GUIMARÃES, M. Nazaré (1985). *Syntaxe das Preposições - seu valor na estrutura sintagmática portuguesa*, Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte.
25. GIVÓN, T. (1984). *Syntax A Functional - Typological Introduction*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam/Philadelphia.

26. HERCULANO Alexandre. *Chronicas Breves e Memórias de Santa Cruz de Coimbra*.
27. HILLS, E. C. (1920). "The Accusative a" *Hispania*, 3.
28. HÜBER, Joseph (1933). *Gramática do Português Antigo*, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Tradução do original alemão intitulado *Altportugiesisches Elementarbuch*. Carl Winters Universitätsbuchhandlung, Heidelberg.
29. JR, Maurer, Th. H. (1962). *O Problema do Latim Vulgar*, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro.
30. KOCH, Ingedore (1977). *Os Sintagmas Preposicionais como Modificadores Nominais*, Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo.
31. KURY, Adriano da Gama (1985). *Novas Lições de Análise Sintática*, Editora Ática, São Paulo.
32. LAPA, Rodrigues (1973). *Estilística da Língua Portuguesa*, Acadêmica, Rio de Janeiro.
33. LAPESA, Rafael (1964). "Los casos latinos: restos sintácticos y sustitutos en español", *Boletín de la Real Academia Española*, tomo 44, Cuad. 171.
34. LIMA, Rocha (1976). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro.
35. LOIS, Ximena (1982). *Sur L'accusatif Prepositionnel*, Mémoire de Maîtrise Département de Linguistique Générale Université de Paris VIII.
36. LOBATO, Maria Lúcia (1986). *Sintaxe Gerativa do Português da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligação*, Editora Virgília, Belo Horizonte.
37. LOPES, Fernão. *Cronica d'ElRei Dom Joham*, Entwiste, W (1945).
38. LÜBKE, Meyer (1900). *Grammatik der ramanischen Sprachen*, (III, 371).
39. LUFT, Celso Pedro (1983). *Moderna Gramátca Brasileira*, Editora Globo, Rio de Janeiro.
40. LUJÁN, Marta (1978). "Direct Object Nouns and Preposition a in Spanish", *Texas Lingüistic Forum*, 10.
41. MACIEL, Maximino (1914). *Gramática Descritiva*, Francisco Alves e Cia.



42. MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
43. MATTOSO, José (1983). *Narrativa dos Livros de Linhagens*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
44. MEIER, Harri (1948). "Sobre as origens do acusativo preposicional nas línguas românicas", in *Ensaio de Filologia Românica*, Editorial Império Ltda, Lisboa.
- \_\_\_\_ (1947). "O Problema do acusativo preposicional no catalão", *Boletim de Filologia*, 8.
45. MELO, Gladstone Chaves de (1971). *Introdução à Filologia e à Lingüística Portuguesa*, Acadêmica, Rio de Janeiro.
46. MIAZZI, Maria Luísa. *Introdução à Lingüística Românica. História e métodos*. Editora Cultrix Ltda, São Paulo.
47. MARTÍN ZORRAQUINO, M. Antonia (1976). "A + objeto directo en el Cantar de mio Cid", *Mélanges Carl Theodor Gossen II*, Bern, Francke Verlag.
48. NARO, Antony J. 'The Social Structural Dimensions of Syntactic Change', *Language* 57.
49. NASCENTES, Antenor (1968). *O Problema da Regência*, Livraria Freitas Bastos S.A., Rio de Janeiro.
50. NASCIMENTO, Milton do (1980). *Sobre a semântica da Passiva*, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, UFMG.
51. NETO, Serafim (1942). *Manual de Gramática Histórica Portuguesa*, Companhia Editora Nacional.
52. NICULESCU, Alexandre (1959). "Sur l'objet direct prépositionnel dans les langues romanes", *Recueil d'études romanes*, Bucarest.
53. NUNES, J.J. (1953). *Crestomatia Arcaica Excertos da Literatura Portuguesa*, Livraria Clássica Editora, Lisboa.
- \_\_\_\_ *Compêndio de Gramática Histórica Portuguêsa. Fonética e Morfologia*, Livraria Clássica Editora, Lisboa.
54. NURC/SP, Projeto. *A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo*, Vol. III - Entrevistas, FAPESP, São Paulo.
55. PAIVA, Dulce (1988). *História da Língua Portuguesa, II, Século XV e meados do Século XVI*, Editora Ática S.A., São Paulo.

56. PEREIRA, Eduardo (1927). *Gramática Histórica*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
57. PERINI, Mário (1989). *Sintaxe Portuguesa Metodologia e Funções*, Editora Ática, São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1976). *Gramática do Infinitivo Português*, Editora Vozes, Petrópolis.
58. PIDAL, M. (1976). *Textos Medievales Españoles*, ESPASA, CALPE, Madrid.
59. PONTES, Eunice (1973). *Verbos Auxiliares em Português*, Editora Vozes Ltda, Petrópolis, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1972). *Estrutura do Verbo no Português Coloquial*, Vozes, Petrópolis.
60. REAL, Academia Española (1973). *Esbozo de una Nueva Gramática de la Lengua Española*, Madrid.
61. RIBEIRO, João. *Rudimentos de Filologia Românica*, Ozon Editor, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1928). *Gramática de la Lengua Española*, Librería y Casa Editotial Hernando (S.A.), Madrid.
62. ROCHA, A. Abreu (1984). "Regência" in *Gramática e Linguagem*, Vega/Novo Espaço, Belo Horizonte.
63. ROHLFS, Gérard (1971). "L'Accusatif prépositionnel dans les langues romanes", *Revue de Linguistique Romane*, 35.
64. ROSS, John R. (1967). *Constraints on variables in Syntax*, Bloomington, Indiana University Linguistics Club.
65. SABINO, Fernando (1989). *De cabeça para baixo*, Editora Record, Rio de Janeiro.
66. SAID ALI, Manuel (1964). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Edições Melhoramentos, São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1957). *Dificuldades da Língua Portuguesa*, Acadêmica, Rio de Janeiro.
67. SECO, Manuel (1972). *Gramática Essencial de Español Introducción al estudio de la lengua*, Auilar S.A. de ediciones.
68. SOUSA da Silveira (1972). *Lições de Português*, Livros de Portugal, Rio de Janeiro.

69. TARALLO, Fernando (1990). *Tempos Lingüísticos. Itinerário Histórico da Língua Portuguesa*, Editora Ática, São Paulo.
- \_\_\_\_ (Org.) (1989). *Fotografias Sociololingüísticas*, Pontes Editores, São Paulo.
70. THOMAS, Earl W. (1968). *The Syntax of Spoken Brazilian Portuguese*, Vanderbilt University Press, Nashville.
71. VASCONCELOS, José Leite de (1959). *Lições de Filologia Portuguesa*, Livros de Portugal, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_ (1922). *Textos Arcaicos*, Livraria Clássica Editora.